

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELHADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**RICARDO MACHADO DE BRITO**

**O ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA URBANA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CACHOEIRINHA  
PARCEIROS DO PROJETO SEMEAR**

**Porto Alegre**

**2022**

**RICARDO MACHADO DE BRITO**

**O ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA URBANA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CACHOEIRINHA  
PARCEIROS DO PROJETO SEMEAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Michele Lindner

**Porto Alegre**

**2022**

**RICARDO MACHADO DE BRITO**

**O ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA URBANA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CACHOEIRINHA  
PARCEIROS DO PROJETO SEMEAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michele Lindner [Orientadora] – Departamento Geografia – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Manfio – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Dias Prestes – UFRGS

*Dedico este trabalho às pessoas que fazem da  
Agricultura Familiar Campesina uma filosofia  
de vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos produtores e produtoras do Projeto SEMEAR que me receberam com generosidade e compaixão na realização deste trabalho de pesquisa, dividindo comigo suas memórias e esperanças na arte de uma agricultura urbana. Agradeço aos docentes do PLAGEDER que com muita dedicação, respeito e amor ao exercício de suas profissões nos conduziram até este momento. Agradeço à Professora Jaqueline, incansável na luta e na prática de um ensino voltado à construção de um mundo mais solidário, igualitário e socialmente justo. Tenho a convicção de que sem o apoio dela, de sua paciência e devoção, eu aqui não teria chegado. Agradeço à Professora Michele Lindner por sua orientação, sensibilidade e luz. Agradeço à minha família, na figura de minha querida mãe, que compreendeu as muitas vezes que não me fiz presente ao seu lado. Agradeço aos amigos que sempre respeitaram o meu amor aos livros e ao Conhecimento. E, por fim, agradeço a minha amada companheira Sirlei, mulher incansável no exercício de apoiar e de compreender os meus limites, choros, tristezas e alegrias ao fim de cada etapa superada.

*“A escolha, no fim das contas, cabe a nós. Se, depois de muito suportar, nós afirmamos, finalmente, o nosso ‘direito de saber’, e se, sabendo, concluimos que estamos sendo chamados a assumir riscos sem sentido e assustadores, então não devemos mais aceitar o conselho daqueles que nos dizem que devemos encher o nosso mundo com substâncias químicas venenosas. Devemos olhar a nosso redor e ver que outro caminho está aberto para nós.”*

*(Raquel Carson – Primavera Silenciosa)*

## RESUMO

Este texto se apresenta como o resultado de uma pesquisa de campo de caráter exploratória e, na mesma ordem, na qualidade de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER. O interesse pelo tema se deve ao fato de que percebemos a agricultura urbana como uma prática potencialmente promissora para contribuir na construção de alternativas viáveis para combater à fome, à desnutrição e à destruição ambiental. A intenção foi movida pelo desejo de descobrir como as pessoas que produzem alimentos dentro do espaço urbano do município de Cachoeirinha/RS se organizam para alcançar os seus propósitos de produtores. Para tanto, buscou compreender as formas e as variedades de associativismo que os produtores de alimentos que participam do Projeto SEMEAR poderiam estar utilizando em seu cotidiano. O Projeto SEMEAR acontece dentro do território do município de Cachoeirinha-RS, em áreas de solo livre de edificações e que estão localizadas sob as torres de transmissão de energia elétrica de alta tensão e que é de responsabilidade da concessionária que detém a permissão de uso desse espaço. A pesquisa de campo foi instrumentalizada através de entrevistas semiestruturadas realizadas com os produtores e produtoras do projeto. As informações coletadas foram analisadas à luz da bibliografia consultada. Os resultados apontaram para o fato de que, apesar de haver uma associação formalmente e legalmente constituída, os produtores não a reconheciam como uma organização que os representassem em seus interesses e objetivos. Uma parcela dos entrevistados deixava claro que preferiam não ter qualquer associação legal envolvida nas atividades do projeto. Entretanto, o trabalho de campo possibilitou identificar um tipo de associativismo não formal, realizado no cotidiano através do amparo mútuo e da solidariedade entre os produtores, muito baseado na reciprocidade e na identidade coletiva expressada pelo grupo.

**Palavras-chave:** associativismo, agricultura urbana, projeto semear, agricultura familiar, reciprocidade e identidade.

## ABSTRACT

This text is presented as the result of an exploratory field research and, in the same order, in the quality of a Work of Completion of Graduation Course in Rural Development - PLAGEDER. The interest in the subject is due to the fact that we perceive urban agriculture as a potentially promising practice to contribute to the construction of viable alternatives to fight hunger, malnutrition and environmental destruction. The intention was driven by the desire to discover how people who produce food within the urban space of the municipality of Cachoeirinha/RS organize themselves to achieve their purposes as producers. To this end, it sought to understand the forms and varieties of associations that food producers participating in the SEMEAR Project could be using in their daily lives. The SEMEAR Project takes place within the territory of the municipality of Cachoeirinha-RS, in areas of land free from buildings and which are located under the high voltage electric energy transmission towers and which is the responsibility of the concessionaire that holds the permission to use this space. The field research was instrumentalized through semi-structured interviews carried out with the project's producers. The information collected was analyzed in the light of the bibliography consulted. The results pointed to the fact that, despite having an association formally and legally constituted, the producers did not recognize it as an organization that represented them in their interests and objectives. A portion of respondents made it clear that they preferred not to have any legal association involved in project activities. However, the field work made it possible to identify a type of non-formal association, carried out in everyday life through mutual support and solidarity between producers, based very much on reciprocity and the collective identity expressed by the group.

**Keywords:** associativism, urban agriculture, sowing project, family farming, reciprocity and identity.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – [Localização da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS].....	38
Figura 2 – [Localização do Município de Cachoeirinha na RMPA].....	39

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Área onde ocorre o Projeto SEMEAR. ....	27
Imagem 2 - A produção de alimentos que acontece sob as torres. ....	27
Imagem 3 - Áreas dos lotes do Projeto SEMEAR. ....	41
Imagem 4- Estrutura para a produção de hortaliças (Dona Vera) .....	44
Imagem 5 - A preparação do solo para o cultivo da mandioca (Sr. Jaci) .....	45
Imagem 6 - Detalhe para as torres de alta tensão ao fundo (Lote do Sr. José).....	46
Imagem 7 - Detalhe da horta (Lote do Sr. Paulo).....	47
Imagem 8 - Detalhe do cultivo (Lote da Dona Tereza).....	49
Imagem 9 – Outro detalhe da produção (Lote da Dona Tereza). ....	49

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....	17
2.1	O Associativismo.....	17
2.2	Agricultura Urbana .....	19
2.3	O Projeto SEMEAR .....	21
3	METODOLOGIA.....	28
3.1	Procedimentos metodológicos.....	28
3.2	A entrevista.....	32
3.3	O local da pesquisa .....	36
3.4	O trabalho de campo.....	39
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	43
4.1	Conhecendo os produtores do Projeto SEMEAR.....	43
4.2	A Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto SEMEAR: uma história de narrativas e controversas .....	50
4.3	Percepções dos produtores sobre o Associativismo .....	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
	REFERÊNCIAS .....	63
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	67
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO.....	69

## 1 INTRODUÇÃO

No início do mês de maio de 2022, os sites da Revista Carta Capital<sup>1</sup> e o do Jornal de Pernambuco<sup>2</sup> noticiavam que, a cada dois dias, um brasileiro morria por intoxicação provocada pelos agrotóxicos, sendo que desses números, 20% descreviam crianças e adolescentes de até 19 anos. Tal informação era baseada em um relatório publicado pela rede ambientalista *Friends of the Earth Europe*, no dia 28 de abril do mesmo ano. O relatório é o produto do mapeamento realizado pela rede sobre as empresas agroquímicas europeias, onde se buscou identificar e analisar as relações dessas empresas através do *lobby* praticado junto aos governos locais e ao agronegócio brasileiro, apontando os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e à saúde da população.

No mapeamento que produziu o relatório intitulado “Comércio Tóxico: A ofensiva do *lobby* dos agrotóxicos da União Europeia no Brasil”<sup>3</sup>, publicado pela *Friends of the Earth Europe*, a Argentina e o Brasil já se encontram entre os maiores usuários de agrotóxicos no mundo, resultado do cultivo de milhões de hectares de grãos de soja e milho geneticamente modificados e resistentes aos venenos, motivado pelo “laboratório de ideias” que é financiado pelas indústrias de agrotóxicos, tendo como objetivo a promoção de uma narrativa política positiva e favorável à flexibilização das políticas e regulamentações sobre os agrotóxicos. Trata-se de um cenário que estimulou o aumento do uso de agroquímicos nas lavouras na ordem de seis vezes sobre a produção de alimentos no país, fortalecendo a noção de que estamos, verdadeiramente, consumindo quantias consideráveis de veneno (CARNEIRO, 2015).

Se não bastasse o terrível fato de envenenamento provocado pelo furor lucrativo das empresas químicas europeias, o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”<sup>4</sup>, produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e publicado em 2021, revelou que no Brasil de 2020, de um total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar – leve, moderada ou grave. Desse total, 43,4 milhões de pessoas não contavam com a quantidade suficiente de alimentos para atender

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/intoxicacao-por-agrotoxicos-mata-um-brasileiro-a-cada-2-dias/> - Acesso em: 02 de maio de 2022.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2022/04/um-brasileiro-morre-a-cada-dois-dias-por-intoxicacao-com-agrotoxicos.html> - Acesso em: 02 de maio de 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/04/Toxic-Trading-POR.pdf> - Acesso em: 02 de maio de 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf) - Acesso em: 02 de maio de 2022.

suas necessidades nutricionais, configurando uma insegurança alimentar em níveis de moderada a grave. E, por fim, 19 milhões de brasileiros conviviam com o flagelo da fome.

Chegamos em 2022 com a triste realidade de 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer, somente no Brasil. É emergente pensar em alternativas para a produção de alimentos que sejam sustentáveis ao longo do tempo e equilibradas com os ecossistemas locais. Alternativas que possibilitem produzir alimentos saudáveis, em quantidade e distribuição que sejam suficientes para que todas as pessoas possam ter o acesso, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Envolve falar em alimentos que sejam seguros desde sua produção, baseados na diversidade de espécies cultivadas e com a capacidade nutricional de atender todas as fases do desenvolvimento do corpo humano (ONU/BRASIL, 2018a; ONU/BRASIL, 2018b), no escopo do conceito de alimentação apresentado pelo Ministério da Saúde do Brasil que enuncia:

Alimentação diz respeito à ingestão de nutrientes, mas também aos alimentos que contêm e fornecem os nutrientes, a como alimentos são combinados entre si e preparados, a características do modo de comer e às dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos esses aspectos influenciam a saúde e o bem-estar. (BRASIL, 2014, p. 15)

Logo, devemos conduzir escolhas configuradas em práticas conscientes sobre os problemas provocados pelo atual modelo industrial de produção de alimentos e que tenha em seus arranjos a preocupação direcionada à preservação ambiental, à manutenção dos ecossistemas naturais, à proteção da biodiversidade e dos biomas até então existentes. Igualmente, não podemos esquecer que tais alternativas devam conduzir processos em que a genealogia e a diversidade genética de sementes e plantas sejam resguardadas, quer através da implantação de bancos de sementes, quer a partir do cultivo de espécies não comerciais. De mesmo modo, que seja fortalecido o entendimento de que a cultura das comunidades e os conhecimentos tradicionais devam participar do planejamento e da construção de soluções associadas aos processos de gestão, produção, distribuição e consumo dos alimentos (ONU/BRASIL, 2018a; ONU/BRASIL, 2018b). De sorte que o resultado final de todo este processo seja a conquista da soberania e da autonomia que permita aos indivíduos a livre escolha sobre o alimento que se deseja verdadeiramente consumir, proporcionando o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do trabalho aplicado pelo produtor e da utilização dos recursos naturais do planeta.

Entre as alternativas possíveis para a produção de alimentos, a agricultura urbana aparece enquanto produto da vontade humana de produzir a sua própria comida, através de práticas agrícolas de cultivo e de criação em pequenos espaços ou em áreas disponíveis de solo, dentro do território das cidades. A agricultura urbana pode despontar como uma alternativa interessante e capaz de colaborar na mitigação dos processos de degradação ambiental e humano, podendo contribuir, positivamente, na composição de um conjunto de ideias e práticas com o objetivo de superar o atual modelo agrícola proposto pelo complexo agroindustrial e seus pacotes tecnológicos.

Temos por agricultura urbana um tipo de prática agrícola que ocorre integrado às estruturas características de uma cidade, onde o meio urbano é a paisagem. Em nossa percepção, essa condição de aproximação entre realidades de quem produz alimentos e quem consome alimentos pode concorrer ao papel de vetor de conscientização e de diálogo entre atores, cooperando para a criação e o fortalecimento de laços de solidariedade e reciprocidade, em torno do problema da produção de alimentos no país. Assim sendo, ela pode ser vista como “uma alternativa social, ambiental e economicamente sustentável para fazer parte da estratégia de solução do problema da fome, promovendo a produção e o abastecimento de alimentos para essas populações urbanas” (CURAN; MARQUES, 2021, p. 209).

A agricultura urbana demonstra-se promissora quanto ao fato de poder contribuir no alcance da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas, principalmente sobre aquelas localizadas nas periferias das cidades (CURAN; MARQUES, 2021). Desse modo, entende-se que debater as práticas do cultivo de alimentos dentro do espaço urbano, identificando as já existentes e estimulando o surgimento de novas experiências, passa à condição de presença necessária nas agendas dos gestores públicos e das agências de investigação e fomento científico.

Entre as experiências já existentes de produção de alimentos no espaço urbano, encontra-se o Projeto SEMEAR. Trata-se de uma iniciativa que ocorre desde o ano de 2006, no Município de Cachoeirinha/RS. O projeto tem como proposta a utilização de áreas do solo urbano, localizadas sob as torres de transmissão de energia elétrica de alta tensão, para a produção de alimentos. As famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal, desde que residentes no município e cadastradas no Projeto SEMEAR, têm a possibilidade de utilização de um dos lotes do programa para o seu cultivo de alimentos.

Cada lote é o resultado do fracionamento planejado da área longitudinal de terra denominada “faixa de servidão<sup>5</sup>”, onde a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE<sup>6</sup> tem posicionadas as estruturas de transmissão de energia elétrica de alta tensão. Atualmente, o Projeto SEMEAR envolve 160 famílias que produzem hortaliças, legumes e frutas. A maioria dos produtores direciona o produto do cultivo para atender as necessidades da própria família. Já o excedente de sua produção é destinado à comercialização direta com vizinhos ou conhecidos, e ao público externo através de feiras locais. Observa-se, também, a troca de sementes, produtos e insumos entre os produtores, além da prática da doação de alimentos para as entidades e projetos assistenciais do município.

Para ampliar a capacidade potencial de ação e de efeito da agricultura produzida nos espaços urbanos, cabe refletir sobre as variadas formas de organização que os produtores de alimentos possam construir ao longo do tempo. Este trabalho se propõe a se debruçar sobre as formas de organização que sujeitos produtores de alimentos no espaço urbano utilizam para o fortalecimento de suas ações e conquistas, mais especificamente na forma chamada de associativismo. O associativismo aparece como “um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.” (BERTOLDO, 2015, p. 5). Reunidos em torno do associativismo – ou seja, de uma associação – os indivíduos almejam incrementar seus objetivos, superar os desafios, fortalecendo suas ações através da tomada de decisões de maneira coletiva e democrática. Sendo que

É por meio de uma associação que a comunidade se fortalece e tem grandes chances de alcançar os objetivos comuns. O Associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida de comunidades. Associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas. Essa união acontece pra melhoria das condições de vida do grupo e da comunidade. A participação, a solidariedade, a cooperação em torno de objetivos comuns, têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida das comunidades.

---

<sup>5</sup>FAIXA DE SERVIDÃO - É a faixa de terra ao longo do eixo da linha aérea de subtransmissão e transmissão cujo domínio permanece com o proprietário, porém com restrições ao uso. O referido direito sobre o imóvel alheio pode ser instituído através de instrumento público, particular, prescrição aquisitiva por decurso de prazo ou ainda por meio de medida judicial, mediante inscrição a margem da respectiva matrícula imobiliária. Neste caso, a concessionária, além do direito de passagem da linha, possui o livre acesso às respectivas instalações. Disponível em: <https://www.eneldistribuicao.com.br/go/documentos/ET-LTP.pdf> - Acesso em: 05 maio 2022.

<sup>6</sup> O então governador Eduardo Leite, tratou de promover o arremate da CEEE Distribuidora, em 31 de março de 2021, na Bolsa de Valores de São Paulo. Na ocasião, a Empresa Equatorial, sendo a única ofertante, arrematou a estatal por R\$ 100 milhões. Hoje, a CEEE faz parte do Grupo Equatorial Energia. Fonte: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/privatizacao-da-ceee-o-barato-que-custa-carro-ao-rs-e-aos-consumidores/>. Acesso em: 20 jul 2022.

Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social. (BERTOLDO, 2015, p. 5).

Portanto, nossa **justificativa** e entendimento são de que a organização e fortalecimento da agricultura urbana teriam a capacidade potencial de: (a) na esfera local, produzir alimentos saudáveis, livres de resíduos de agrotóxicos e em quantidade suficiente para suprir as necessidades de quem produz e de quem consome localmente o excedente produzido; (b) construir uma racionalidade utilitária e funcional sobre os espaços disponíveis da cidade, na qualidade de áreas públicas ou privadas sem uso, através da destinação desses locais para a produção de alimento limpos e ambientalmente equilibrados; (c) ser um espaço de confluência para o debate, para a troca de ideias e experiências, aproximando os sujeitos sobre temas em torno da transição para sistemas alimentares mais sustentáveis, ecologicamente equilibrados, socialmente e economicamente justos.

Assim, compreender o associativismo praticado pelos sujeitos produtores de alimentos no espaço urbano e quais as vantagens ou desvantagens desse tipo de organização para os associados passa ser o problema central a ser superado através deste trabalho de investigação. Nessa construção, partindo de um entendimento *a priori* de que exista algum tipo de associativismo sendo praticado por aqueles produtores urbanos envolvidos no Projeto SEMEAR, a questão norteadora desta pesquisa passa a ser: **como se caracteriza o associativismo praticado pelos participantes do Projeto SEMEAR e quais as vantagens ou desvantagens desse tipo de organização, segundo a perspectiva dos próprios produtores?**

Cabe aqui refletir sobre o fato de que o Projeto SEMEAR foi criado em agosto de 2006 e somente em 2017 é que ocorre a criação da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear. Na solução do nosso problema de pesquisa, a primeira questão passa a girar em torno de se saber quais as mudanças que a constituição de uma associação trouxe para as famílias participantes do Projeto SEMEAR? A segunda questão é, a partir da percepção dos produtores associados, quais as vantagens e desvantagens que esse modelo de associativismo trouxe para eles?

O primeiro passo tratará de conhecer essa prática associativa, sua trajetória e desenvolvimento, através das experiências e percepções dos produtores urbanos localizados no Município de Cachoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre. Em segundo, identificar e discutir as possibilidades, limitações e avanços deste modelo de organização social praticado pelos produtores de alimentos nos espaços das cidades, à luz da literatura.

Com isso posto, o **objetivo geral** deste trabalho é conhecer o associativismo praticado pelos agricultores urbanos que participam do Projeto SEMEAR no território do município de Cachoeirinha-RS. Na condição de **objetivos específicos**, (a) conhecer os produtores e sua participação no Projeto SEMEAR; (b) averiguar a trajetória da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear junto aos produtores; e (c) compreender as percepções dos entrevistados sobre esse modelo associativo e de organização de produtores.

## 2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

### 2.1 O Associativismo

O Associativismo é uma forma de organização social em que os atores sociais reunidos buscam atender seus objetivos em comuns por meio de ações conjuntas com a finalidade de superar as adversidades que impedem o sucesso de suas intenções (COTRIM, 2018).

O professor, pesquisador e engenheiro agrônomo Décio Souza Cotrim (2018) ainda assinala que qualquer iniciativa, seja ela formal ou informal, que busque reunir indivíduos com objetivos comuns, tendo por sentido superar dificuldades, individuais e conjuntas, a fim de gerar benefícios para seus associados, assume a forma de uma associação. Esta união de interesses e de ação coletiva permite aos integrantes compor circunstâncias mais favoráveis para a sua condição de produção, distribuição, comercialização e renda, em relação ao isolamento (COTRIM, 2018).

O professor Décio também explica que em nossa vida cotidiana buscamos manter diversos vínculos organizativos e que, de alguma forma, expressam a nossa maneira de viver socialmente. São tipos de relações associativas que nos transmitem certa sensação de segurança e de pertencimento ao um determinado grupo, classe ou sociedade. São modelos de organização que se expressam na dimensão religiosa, política, cultural, econômica, acadêmica, de lazer, faixa etária, entre outras (COTRIM, 2018).

Outra maneira de conceitualizar o associativismo, segundo Cotrim (2018), é defini-lo

[...] a adesão de interesses comuns, união por meio da qual a sociedade se organiza visando à ajuda mútua para resolver problemas diversos e superar toda forma de obstáculos relacionados a seu dia-a-dia. As associações rurais organizam-se por meio de acordos, em grande parte informais, entre os agricultores; acordos nos quais a participação se efetiva pela manutenção do interesse dos participantes ou por instrumentos jurídicos simples, como o registro em cartório especial ou por intermédio de uma associação sem fins econômicos, que formaliza a união, sem modificar o sistema de produção da unidade de produção familiar. (COTRIM, 2018, p. 56-57).

Ao tratar sobre Associativismo, Desigualdade e Democracia, a pesquisadora Celia Lessa Kerstenetzky (2003) explica que, em um cenário de restauração da democracia, estimular a via associativa, formalizando a sua presença na esfera pública, seja informal ou institucional, seria uma forma de qualificar e de fortalecer a própria Democracia. Com isso, podemos depreender que o associativismo é uma prática que estimula a participação dos

indivíduos na esfera pública, esta última na condição de uma arena onde ocorre a disputa entre sujeitos com interesses díspares e que objetivam superar os seus rivais na busca dos melhores benefícios.

Segundo Tubaldini, Fonseca e Gianasi (2012) é quase um consenso encontrarmos o conceito de associativismo filiado à ideia de cooperação dentro da perspectiva econômica que abarca a produção e a distribuição de bens que são necessários à vida de seus participantes. Nessa mesma concepção, o associativismo apresenta um caráter social e cuja adesão é de livre escolha do sujeito. Esta reunião de pessoas em torno de benefícios futuros que serão socializados entre os participantes, encontra-se balizada em princípios de confiança mútua e de participação de seus membros nas decisões e nas ações coletivas.

Para Rocha-Trindade (1986), a constituição efetiva de formas associativas pelos sujeitos tem em sua base o motivo da falta de respostas, de interesse ou de capacidade de intervenção das instituições formais do poder local. Este “desprezo” praticado pelas instituições formais de poder, segundo esse autor, acaba gerando condições favoráveis à formação de grupos de pressão ou de intervenção concreta no espaço local. São ações praticadas pelos sujeitos e que acabam assumindo o papel de soluções complementares ou de alternativas para a satisfação de anseios e demandas reprimidas pela população. Dessa maneira, o associativismo, através de dinâmicas próprias, consegue concentrar determinada capacidade de perceber e captar as demandas de diferentes segmentos sociais em diferentes contextos (ROCHA-TRINDADE, 1986).

Rocha-Trindade (1986) também esclarece que as associações são instrumentos ativos e operadores do espírito local/regional, traduzindo em ações concretas o sentimento de pertencimento difuso de inclusão/afinidade oriundo de certa ideia de conterraneidade passada. Embora este sentimento de pertença seja mais idealizado do que traduzido por razões concretas, ele acaba tendo a função de elemento incentivador para surgimento de solidariedade entre os sujeitos, produzindo as condições necessárias para encontros e reuniões com o objetivo de debater e encontrar soluções para as suas demandas. Este associativismo, além de produzir uma estratégia de agregação entre indivíduos que dividem certas necessidades, também serve para produzir espaços de convívio onde é possível a troca de experiências, de sentimentos e de aspirações. Outra questão que se fundamenta no associativismo é o fato de que ele permite a construção de uma arena de debates formada por diversas perspectivas e ideias, através de um processo participativo e democrático, fortalecendo a noção da importância da prática do diálogo entre sujeitos diversos, em permanente interesse do grupo e de seus objetivos coletivos (ROCHA-TRINDADE, 1986).

## 2.2 Agricultura Urbana

O desafio de abordar a produção de alimentos em espaços urbanos começa quando nos deparamos com a necessidade de operar conceitos dinâmicos, multifacetados e que não apresentam fronteiras claramente delimitadas. Tratar de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é um desses conceitos que permitem exercitar uma variedade de perspectivas, análises e abordagens, porquanto estamos tratando de uma concepção que incorpora diversas funções como a coleta, a preparação do solo, o cultivo, a colheita, a criação de animais, a transformação dos espaços com o objetivo de produzir alimentos seguros para o autoconsumo e até mesmo para a comercialização ou doação da produção excedente, (re)aproveitando, através de uma ideia de eficiência e auto sustentabilidade, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão-de-obra, saberes etc., (SANTANDREU; LOVO, 2007). A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) aponta para atividades agrícolas que ocorrem nos espaços urbanos, conectadas às dinâmicas locais características de núcleos urbanos (municípios ou regiões metropolitanas), articulando dimensões como a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, MOUGEOT, 2000).

Luc J.A. Mougeot (2000) descreve que as definições mais usuais e que são utilizadas para caracterizar a agricultura urbana se baseiam, em boa parte, nos seguintes determinantes: (a) tipos de atividade econômica; (b) localização intra-urbana ou periurbana; (c) tipos de área onde é praticada; (d) escala e sistema de produção; (e) tipos de produtos (categorias e subcategorias, alimentícios e não alimentícios), e; (f) destinação dos produtos, inclusive sua comercialização.

Os tipos de atividade econômica compreendem desde os objetivos da produção que se expressa a partir do desenho agrícola aplicado e das espécies escolhidas para o cultivo, passando pela seleção, o armazenamento, o processamento, a distribuição e a comercialização final dos produtos. Segundo Mougeot (2000), na agricultura urbana, esses processos tendem a estar mais concentrados no tempo e no espaço, o que acaba contribuindo na aproximação entre fornecedores e consumidores, intensificando as relações e os fluxos de recursos.

Os tipos de atividade econômica compreendem desde os objetivos da produção que se expressa a partir do desenho agrícola aplicado e das espécies escolhidas para o cultivo, passando pela seleção, o armazenamento, o processamento, a distribuição e a comercialização final dos produtos. Segundo Mougeot (2000), na agricultura urbana, esses processos tendem a estar mais concentrados no tempo e no espaço, o que acaba contribuindo na aproximação entre fornecedores e consumidores, intensificando as relações e os fluxos de recursos.

A localização intra-urbana ou periurbana vincula a prática agrícola ao cenário urbano. Ou seja, trata-se de uma atividade de produção de alimentos que é praticada no território das cidades e em seus arredores. Portanto, o local está na base de sua definição e de sua diferenciação em relação àquela agricultura que é praticada no espaço rural. No entanto, trata-se de um componente gerador de conflito conceitual entre os especialistas. A razão estaria no fato de que os “sítios periurbanos estão em contato mais próximo com as áreas rurais e tendem a sofrer, no decorrer do tempo, mudanças agrícolas mais profundas que os locais mais centrais e as partes construídas da cidade” (MOUGEOT, 2000, p. 10).

Quanto ao tipo de área onde a agricultura é praticada, Mougeot (2000) explica que esta definição varia de um autor para outro. Alguns consideram a relação entre a área utilizada para o plantio e a residência do produtor (se dentro ou fora do lote onde o produtor reside). Outros autores tendem a destacar a relação com o desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia). Nesta direção, verifica-se a modalidade do uso ou da posse (cessão, usufruto, arrendamento, compartilhado, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado, direito consuetudinário ou transação comercial). Por fim, é analisada a categoria oficial do uso do solo a partir da zona urbana onde se pratica a agricultura urbana (residencial, industrial, institucional, etc.).

Sobre a escala e sistema de produção, Mougeot (2000) esclarece que na agricultura urbana são permitidos quaisquer tipos específicos de sistemas de produção. Tudo depende dos objetivos do produtor, do espaço e dos recursos disponíveis para a produção de alimentos.

Constantemente estão ocorrendo mudanças e intercâmbios entre os sistemas de produção e dentro de cada unidade produtiva. Existem muitas maneiras pelas quais a agricultura urbana interage com outras funções urbanas, ao usar e ao fornecer recursos, produtos e serviços para a cidade e seus habitantes. (MOUGEOT, 2000, p. 10).

Os tipos de produtos estão relacionados quanto a sua destinação final, podendo ser a produção exclusiva para o consumo humano, para o consumo animal, ou para ambos. Essa diferenciação comporta os tipos de cultivos (grãos, raízes, hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, árvores frutíferas e outras), inclusive os tipos de criação praticados de animais: galinhas, carneiros, coelhos, cabras, suínos, bovinos, peixes etc. (MOUGEOT, 2000). A destinação dos produtos também incorpora as atividades agrícolas cometidas tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. Geralmente, segundo Mougeot (2000), ambos os objetivos podem compor de maneira integrada a pauta dos produtores ou daqueles que praticam qualquer modalidade de agricultura no espaço urbano.

Ferrareto e Pinheiro (2011) apontam que a agricultura urbana é um tipo de atividade que possui múltiplas funções em sua realização. Indiscutivelmente, ela tem como função principal a produção e a oferta de alimentos dentro do espaço local. Esta característica possui a capacidade de contribuir para a condução de processos que possam levar à construção de cadeias curtas de produção e abastecimento, e dessa maneira, formar redes agroalimentares alternativas com o objetivo de atender às demandas locais de consumo. A formação destas redes agroalimentares de produção, distribuição e consumo, no espaço regional e local, acaba implicando na redução e eliminação dos intermediários entre produtores e consumidores, provocando a diminuição dos locais de passagens dos produtos dentro de uma determinada cadeia de valor, além de encurtar itinerários e o percurso dos alimentos dentro do sistema (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Para Ferrareto e Pinheiro (2011), o maior desafio para a agricultura urbana seja o reconhecimento de que estamos tratando sobre um modelo de agricultura, ou prática agrícola no espaço urbano, que tem a potencialidade de ser um contribuinte significativo para a segurança alimentar da cidade, geração de renda e desenvolvimento urbano sustentável.

Por fim, de uma forma sintética a partir da literatura consultada, aplicaremos o entendimento de agricultura urbana como um tipo de atividade de produção de alimentos que ocorre dentro do espaço urbano a partir de práticas agrícolas aplicadas pelos sujeitos. Trata-se de um processo que tem como finalidade gerar produtos agrícolas de acordo com os objetivos do produtor, podendo ser exclusivamente para o autoconsumo, comercialização, troca, doação, etc. Se trata de práticas agrícolas que envolvem desde o cultivo de espécies vegetais (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, etc.) até a criação de animais. Esta atividade de produção de alimentos ocorre dentro dos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos – privados ou públicos – disponíveis ao produtor. Com isso, estamos trabalhando com uma atividade de produção de alimento conectada inteiramente com as dinâmicas locais das cidades e com a gestão territorial dos espaços urbanos.

### **2.3 O Projeto SEMEAR**

As descrições e demais informações sobre o Projeto SEMEAR foram retiradas de um documento que se encontrava disponível na internet durante a nossa pesquisa e que está relacionado ao “Prêmio SEBRAE: X Edição do Prefeito Empreendedor – 2017-2019”, na categoria “Inovação e Sustentabilidade”. Esse documento possui o formato de projeto

postulante à premiação. Segundo o Regulamento da XI Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor, ano 2021:

O Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor será concedido aos prefeitos municipais de todo o Brasil e aos administradores regionais do Distrito Federal (DF) e de Fernando de Noronha (PE), que tenham implementado projetos com resultados mensuráveis e comprovados de estímulo à formalização, ao desenvolvimento e à competitividade dos pequenos negócios, com base na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, na Lei da Liberdade Econômica e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo de forma efetiva para o crescimento econômico, ambiental e social do município. (SEBRAE, 2021, p. 8).

No referido projeto, verifica-se que o Projeto SEMEAR busca beneficiar 160 famílias de agricultores, ao mesmo tempo em que relaciona a ação aos seguintes setores econômicos: agricultura familiar e produtor rural pessoa física, agroindústria, agroecologia, cooperativas e associações, educação, saúde humana e serviços sociais (SEBRAE, 2019). Na condução do projeto, a prefeitura local e parceiros participam do rateio dos custos do empreendimento.

Quanto aos objetivos e metas do projeto, na descrição aparece que a meta é a geração de trabalho, renda e formalização de pequenos empreendedores através de práticas que estimulem o

[...] cultivo de alimentos naturais e ecológicos, nas faixas de servidão das LT's (Linhas de transmissão) do grupo CEEE e demais fornecedoras de energia elétrica, presentes no Município, tendo em vista a preocupação com a saúde pública, segurança e preservação ambiental das áreas. Tornar aptas para cultivo um total de 149 hectares de terras das LT's (linhas de transmissão), que até o início do Projeto SEMEAR estavam ociosas, na maioria utilizadas como áreas de decapagem, depósitos de lixo, ocupação irregular e práticas de crimes, Criar três pontos de venda da feira dos agricultores urbanos de Cachoeirinha, nos Bairros Moradas do Bosque, Bom Princípio e Parcão municipal, além de participar de eventos itinerantes promovidos pela Prefeitura Municipal. Fortalecer a Associação dos Agricultores Urbanos de Cachoeirinha, associando no mínimo setenta famílias, buscando autossuficiência. Qualificar com cursos da área de produção agrícola e associativismo, todas famílias. Utilização de 30 % da produção do projeto SEMEAR no Programa de Aquisição de Alimentos do município. Adquirir um micro trator com equipamentos, para disponibilizar para uso dos agricultores. (SEBRAE, 2019, p. 3).

Ainda entre os objetivos estava a aquisição de 10 reservatórios de água com capacidade de 5000 litros, a fim de promover sistemas de irrigação para atender os lotes de cultivos, e também a formação de parcerias com outros setores da sociedade para a instalação de uma agroindústria familiar para o processamento dos alimentos produzidos pelos agricultores do projeto.

De acordo com o projeto, a ideia de se construir um projeto com essas características surgiu a partir do momento que foi identificada a dificuldade que o município de Cachoeirinha possuía em apresentar soluções concretas para o problema da geração de trabalho e renda às famílias inscritas no Programa Bolsa Família (SEBRAE, 2019). Ao mesmo tempo, o problema dos depósitos irregulares de lixo nas áreas sob as linhas de transmissão de energia elétrica ganhava cada vez mais relevo, além, segundo a descrição, da constante ameaça de ocupações irregulares e práticas de crimes nas referidas áreas que estavam abandonadas.

Antes da implantação do Projeto SEMEAR no Município de Cachoeirinha tínhamos um cenário de completo abandono das áreas das Linhas de transmissão, com acúmulo de lixo em pelo menos 10 pontos, nos bairros Bom Princípio, Central Park, Granja Esperança e Jardim do Bosque. Estes depósitos irregulares proporcionavam um cenário degradante, pois devido ao acúmulo de galhos e descarte de madeira, ocorriam constantes queimadas nos locais, trazendo riscos para as residências próximas e para as áreas de mata, além da fumaça que se mantinha por vários dias, a decapagem de terras explorada por empresas construtoras, que as utilizavam como aterro, causavam erosões e assoreamento dos arroios, devido a retirada da vegetação e da camada superficial do solo. As ocupações irregulares com moradias localizadas em áreas das Linhas de Transmissão, proporcionava alto risco para os ocupantes, principalmente nos bairros, Jardim do Bosque, Granja Esperança e Vila Navegantes. Em certos locais havia um índice elevado de ocorrência de delitos, como roubos, furtos e abandono de veículos roubados. (SEBRAE, 2019, p. 4).

Outra questão que motivou a criação do projeto teve relação com a visita realizada pela Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, no ano de 2006, aos estados do Rio de Janeiro e Paraná, ocasião em que foram realizadas visitas a variados projetos de cultivo em áreas de Linhas de Transmissão. Com isso, avaliando as experiências observadas e as necessidades que o município necessitava atender, foi criado, no mesmo ano, o Projeto SEMEAR de Cachoeirinha. O Projeto SEMEAR foi uma adaptação das experiências observadas no Rio de Janeiro e Paraná.

De início, a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha firmou um convênio, em regime de comodato, com o Grupo CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica, pois as áreas pretendidas eram aquelas que se encontravam sob as torres de transmissão de energia elétrica. Logo após a assinatura do convênio, a prefeitura deu início aos trabalhos de preparação dos espaços, com a delimitação dos lotes e preparo dos solos, ao mesmo tempo em que selecionava, entre as pessoas da comunidade local, os interessados pelo cultivo de hortas e pequenas lavouras, ela passou a fornecer a assistência técnica aos produtores de alimentos. Ao Grupo CEEE coube pela responsabilidade do cercamento nas áreas de cultivo representada pelos lotes.

Outra justificativa apresentada pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha para a finalidade existencial do projeto, seguindo os dados apresentados (SEBRAE, 2019), é de que a administração municipal estaria, naquele momento, buscando ações que resultassem na construção de alternativas sustentáveis e de baixo custo para a produção e distribuição de alimentos na cidade. Entre as ações propostas estavam o uso de adubação orgânica no cultivo a partir da utilização de resíduos da indústria de celulose certificados para a produção orgânica. Outra ação planejada pela prefeitura incluía a recuperação de áreas degradadas do município, através da limpeza e preparo, transformando-as em lotes adaptados e próprios para o cultivo de alimentos.

Além dessas ações acima descritas, outras práticas completariam o conjunto de soluções e alternativas. Entre elas: utilização de mecanização agrícola de baixo impacto e baixo consumo; aplicação de materiais e insumos regionais com o objetivo de diminuir os custos da produção; incentivo aos agricultores para a utilização de sementes crioulas e para a criação de um banco de sementes; incentivo à diversificação na produção, com destaque ao cultivo de hortaliças e pequenas lavouras; incentivar práticas que agreguem valor aos produtos, gerando mais receita por m<sup>2</sup> de área plantada. O projeto também se inscreve como uma ferramenta que objetiva à

Criação de feiras para venda dos produtos do Projeto Semear, estas feiras serão implantadas próximo às áreas de produção, para incentivar o consumo de alimentos saudáveis, pois o consumidor poderá conhecer a lavoura, o produtor e como o alimento é produzido, podendo inclusive colher o que está comprando, gerando assim laços de confiança entre o produtor e o consumidor; a primeira feira a ser implantada nestes moldes será no Bairro Moradas do Bosque, um loteamento novo, com mais de 2.500 casas. (SEBRAE, 2019, p. 5).

No mesmo documento, a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha informa que estaria adquirindo um micro cultivador – ou motocultivador – que se caracteriza como um equipamento de pequeno porte, com baixo consumo e baixo custo de manutenção, e treinamento para a sua utilização. Tal equipamento ficaria disponível aos agricultores inscritos no Projeto SEMEAR para utilizá-lo em seus lotes, viabilizando o desejo de aumentar a capacidade produtiva das áreas de cultivo. De maneira semelhante, a prefeitura municipal estaria disponibilizando um caminhão para o transporte semanal de resíduos da indústria da celulose e, depois de transformados em insumos orgânicos, fossem aplicados nos lotes como adubação. A prefeitura também promovia cursos de capacitação nas áreas de sustentabilidade e de inovação, em parceria com o SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Outra

ação da administração municipal era o oferecimento de oportunidades para que os agricultores do Projeto SEMEAR pudessem visitar feiras e eventos em outros municípios, buscando a troca de experiências, conhecendo novas tecnologias e negócios.

O Projeto SEMEAR foi criado em agosto de 2006 (SEBRAE, 2019). Em sua primeira etapa, em dezembro do mesmo ano, foram cadastradas 23 famílias inscritas no Programa Bolsa Família. Em março de 2007 ocorreu a assinatura do convênio com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Em janeiro de 2008, ocorreu à segunda etapa de cadastramento das famílias interessadas, o que significou o registro de 48 famílias. No mês de agosto de 2008, ocorreu o cercamento de toda a área do Projeto. A terceira etapa de cadastramento aconteceu em agosto de 2009, com a inclusão de mais 29 famílias. Depois de 2009, houve um arrefecimento do projeto, sendo retomado em 2017 através da quarta etapa de cadastramento das famílias, representando mais 60 famílias que se juntavam ao projeto, e da ideia de criação de uma associação de agricultores familiares. Em maio de 2018 ocorreu a aquisição e manutenção de maquinários de uso pelo Projeto SEMEAR. Nos meses de junho e julho de 2018 aconteceram os cursos de capacitação e qualificação dos agricultores e funcionários da prefeitura. E, no mês de junho de 2018, se sucedeu a renovação do convênio com a CEEE.

Os resultados alcançados pelo projeto desde sua implantação foram assim descritos:

Geração de trabalho para 160 famílias envolvidas no projeto com renda estimada em 400 reais mensais por lote de 600 m<sup>2</sup> cultivado; - Capacitação de mais de 80% das famílias na área de produção agrícola e associativismo; - Aquisição de uma retro escavadeira e um trator, para o preparação do solo e plantio; - Utilização de 30 hectares para produção de alimentos saudáveis; - Recuperação do solo degradado desses 30 hectares, tornando o mesmo fértil e apto para o cultivo; - Os lixões antes existentes nestas áreas foram eliminados, com encaminhamento do lixo para locais adequados; - Eliminação das moradias irregulares e de risco nos locais de plantio, sendo retiradas 180 famílias do bairro Navegantes, as quais foram reassentadas no bairro Chico Mendes. Diminuição da criminalidade nas áreas urbanas aos arredores das áreas plantadas. Os dados do Observatório de Segurança Municipal indicam que houve uma diminuição em quatro dos cinco principais indicadores da criminalidade em Cachoeirinha; - Efetivação da Associação dos Micro Agricultores Urbanos de Cachoeirinha (AMAUCA). (SEBRAE, 2019, p. 7).

Os principais desafios elencados pela prefeitura com relação ao projeto são de que, como houve um grande interesse de famílias da comunidade em participar do projeto, a dificuldade foi em selecionar pessoas que se identificassem com as práticas agrícolas, ou trabalho agrícola. Na ocasião da inscrição, foi identificado que muitas das famílias buscavam, na verdade, um lugar para a moradia e não um espaço para o cultivo de alimentos. Outra questão envolveu a crise financeira que foi enfrentada pela prefeitura municipal, o que acabou

refletindo sobre a aquisição e manutenção de ferramentas, equipamentos e máquinas durante um determinado período.

Por outro lado, apesar das dificuldades, foi possível transformar áreas degradadas em áreas capacitadas para o cultivo. Também foi positivo o comprometimento apresentado pelas famílias durante o processo de implantação do projeto. Da mesma forma, o interesse dessas famílias pelos cursos de qualificação, capacitação e conscientização ecológica, foi surpreendente. O apoio de parceiros como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) foi uma das condições fundamentais para a existência e condução do Projeto SEMEAR. As famílias que integram o projeto não pagam nem um tipo de aluguel, arrendamento ou taxa, seja esta de qualquer natureza, sobre o uso dos lotes. Entretanto, essas mesmas famílias têm como obrigação o cuidado e a manutenção dos lotes, assim, como, de produzir alimentos livres de agrotóxicos.

A CEEE aparece como o principal parceiro em vista de ter doado os 140 hectares para a implantação do projeto. Há também a colaboração do Grupo Vida que, através da ação de estimular práticas ecológicas no sistema de produção de alimentos, realiza a doação de quantidades variadas de insumos e adubos orgânicos para serem utilizados nos lotes de cultivo. O Sindicato Rural de São Leopoldo traz o seu apoio através de palestras e cursos de formação nas áreas de sustentabilidade ecológica. Já o Governo do Estado do Rio Grande do Sul trouxe a sua participação por meio da doação de uma retroescavadeira para o uso exclusivo nas áreas do projeto. Por fim, a partir da implantação de uma nova gestão e processo de planejamento, em 2017 foi estimulada a organização dos participantes do projeto em torno da criação de uma associação que concentrasse as aspirações e os interesses das famílias associadas. A **Imagem 1** e a **Imagem 2** nos possibilitam ter uma ideia da relação de proximidade entre os lotes do Projeto SEMEAR e as torres da concessionária de energia elétrica.

**Imagem 1 - Área onde ocorre o Projeto SEMEAR.**



Fonte: Imagem registrada pelo autor (2022).

**Imagem 2 - A produção de alimentos que acontece sob as torres.**



Fonte: Imagem registrada pelo autor (2022).

### **3 METODOLOGIA**

Qualquer resultado da pesquisa científica, seja em qualquer ramo do conhecimento humano, deve ser apresentado de maneira clara e absolutamente honesta (MALINOWSKI, 2018). E nesta direção, o cientista tem por missão apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais aplicados em sua pesquisa, realizando uma descrição exata dos aparelhos utilizados, da maneira pela qual se conduziram as observações, o número de observações realizadas, o tempo de trabalho aplicado e o grau de aproximação com que se procedeu a cada uma das medidas (MALINOWSKI, 2018).

#### **3.1 Procedimentos metodológicos**

Este estudo se inscreve na natureza de uma pesquisa básica (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009) cujo objetivo, respeitando os limites impostos de um trabalho de conclusão de curso, é conhecer uma realidade específica envolvendo o associativismo na produção de alimentos em áreas urbanas, tendo como cenário o Município de Cachoeirinha, cidade localizada na região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho de pesquisa também se registra na condição de um estudo de caso, método que contribui para a construção do conhecimento acerca de fenômenos individuais, grupais, sociais, organizacionais, políticos, etc., ou demais casos que se procure colocar sob a investigação científica (YIN, 2015). Robert K. Yin (2015) explica que o estudo de caso serve em situações nas quais: (a) as principais questões da pesquisa giram em todo de perguntas “como?” ou “por quê?”; (b) o pesquisador possui pouco ou nenhum controle sobre os eventos comportamentais; e, (c) o enfoque do estudo recai sobre um fenômeno contemporâneo.

A peculiaridade do associativismo que contempla o nosso universo de pesquisa se apresenta caracterizada na forma de uma associação de produtores de alimentos, a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear, cuja agricultura se processa dentro de lotes delimitados nas áreas localizadas sob as torres de transmissão de energia elétrica de alta tensão, superfície territorial que recebe a denominação de “áreas de servidão”, de uso da concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica, cruzando toda a extensão do município. Este território sob as torres de energia, a partir de práticas de transformação e de uso dos espaços para a produção de alimentos, acaba exibindo, assim como outras partes da cidade, interações entre as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas que ocorrem diariamente, tornando-se interessante para a investigação e compreensão de determinados fenômenos. Como o interesse é conhecer o associativismo

praticado pelos produtores do projeto e pela Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto SEMEAR entende-se de que o estudo de caso colabora para os objetivos desta pesquisa, pois “[...] um estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto puderem não estar claramente evidentes” (YIN, 2015, p. 2).

Por se tratar de uma realidade que ocorre diretamente relacionada com o seu entorno, não há como conhecer e analisar o associativismo praticado pelos produtores de alimentos associados sem considerar as dinâmicas locais. Gil (2002) destaca que nas ciências sociais o problema da distinção entre o fenômeno e o seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que os pesquisadores se deparam no decorrer de seu trabalho de investigação. Esta condição de não clareza sobre as fronteiras que separam um ou de outro, poderá, muitas vezes, impedir o avanço ou aplicação da pesquisa. Esta seria uma das razões do crescente emprego do estudo de caso no âmbito das ciências sociais. Entre os diferentes propósitos de uso do estudo de caso, Gil (2002) aponta para os seguintes:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 2002, p.54).

Devido à natureza do objeto de investigação, onde trabalhamos com questões que envolvem perguntas do tipo “o que?”, “como?”, “onde?” e “por quê?”, o nosso estudo de caso assume a condição de uma pesquisa que possui um caráter exploratório em sua razão direta ao fato de que o investigador busca conhecer e se familiarizar com as especificidades da realidade por ele a ser investigada. Os estudos exploratórios se apresentam como investigações de pesquisa empírica e que têm por interesse formular um problema ou esclarecer questões para desenvolver hipóteses. A vantagem dessa matriz de estudo é de que ele permite ao investigador se aproximar do fenômeno e do ambiente que se pretende investigar, servindo, futuramente, de base para novas investigações mais precisas (DENCKER; DA VIÁ, 2001). A pesquisa exploratória exige que o investigador faça uso da

prática de levantamento bibliográfico sobre o tema, da realização de entrevistas com os atores envolvidos na realidade estudada, através de suas experiências e relatos, lançando luz e estimulando a compreensão sobre os fatos pesquisados (GIL, 2002; SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

O processo de exploração começa com o tempo que é dedicado a interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto de investigação escolhido, seus pressupostos, as teorias pertinentes ao assunto, a metodologia mais apropriada e as questões operacionais para conduzir o trabalho de campo (MINAYO, 2003).

Quanto à abordagem, nos inclinamos à pesquisa qualitativa enquanto modelo que permite responder questões muito particulares de um determinado caso, respondendo a um nível de realidade em que as percepções não possam ser quantificadas (MINAYO, 2003). Em outras palavras, isso responde que a pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2003, p. 21-22). Isso não significa de que, no decorrer do processo de pesquisa, não possamos lançar mão de instrumentos da pesquisa quantitativa se considerar importante para o enriquecimento dos dados investigados.

Este estudo também se caracteriza como uma pesquisa de campo, pois somada à necessidade da pesquisa bibliográfica e documental, ele exige que o investigador realize um processo de coleta de dados junto aos atores sociais envolvidos na realidade sob investigação, através de instrumentos de pesquisa que permitam coletar as informações que serão pertinentes aos objetivos da pesquisa (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

O ponto de partida foi tentar entrevistar os atuais integrantes da diretoria da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear. A partir disso, se tentou traçar uma linha histórica desde a constituição da associação, os fatos históricos mais relevantes, os acontecimentos, os desafios, as conquistas, as dificuldades e o legado da associação na perspectiva dos diretores. De mesmo modo, tivemos o intuito de levantar as atividades da associação, como ela se insere na vida de seus associados, quais os seus efeitos sobre o modo de produzir do associado, suas regras, normas e resultados. Por extensão, não haveria compreensão sem a participação dos associados. Portanto, buscou-se a perspectiva também dos associados sobre o associativismo praticado. Para tanto, foram realizadas entrevistas abertas, semi-estruturadas, com o objetivo de levantar dados que apontassem a percepção dos atores sociais envolvidos, tanto dos diretores quanto dos associados. As entrevistas foram realizadas a partir de visitas nos lotes dos produtores,

após o esclarecimento e conscientização das razões e dos objetivos da pesquisa e do aceite de participação pelo entrevistado.

Com se buscou seguir as orientações sugeridas ao estudo de campo que foram propostas por Antônio Carlos Gil (2003):

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (GIL, 2002, p. 53).

Entre as vantagens da pesquisa ou estudo de campo está o fato de que ela(e) permite ser desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos. Esta condição permite que, segundo GIL (2002), os seus resultados sejam mais fidedignos à realidade. Como é um tipo de atividade que não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, a pesquisa de campo tende a ser bem mais econômica do que outras alternativas, além de possibilitar ao pesquisador um nível maior de participação junto ao universo pesquisado, colaborando em uma maior probabilidade de que os sujeitos venham a oferecer respostas mais confiáveis (GIL, 2002).

De acordo com Richardson (1985), a aplicação de entrevistas semi-estruturadas como um instrumento para a coleta de dados possui a vantagem de permitir ao entrevistado responder com frases e orações, situação na qual o entrevistador não estará interessado em antecipar respostas. Outra vantagem é a possibilidade de o entrevistado responder com mais liberdade, não estando sujeito às restrições de marcar respostas já descritas pelo entrevistador. Para Richardson (1985), a entrevista semi-estruturada (ou de perguntas abertas) auxilia bastante o pesquisador quando ele possui pouca ou nenhuma informação sobre os temas tratados.

Quanto à característica qualitativa das entrevistas, Jean Poupart (2008) explica que dos exames das justificativas que são habitualmente alegadas pelos pesquisadores para recorrer ao recurso da entrevista de tipo qualitativo, puderam ser identificados três tipos de argumentos.

O primeiro é de ordem epistemológica: a entrevista de tipo qualitativo seria necessária, uma vez que uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ética e política: a entrevista do tipo qualitativo parece necessária, porque ela abriria a possibilidade de

compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais. Destacam-se, por fim, os argumentos metodológicos: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as “ferramentas de informação” capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores. (POUPART, 2008, p. 216).

O modelo de análise escolhido foi o Método Hipotético-Dedutivo. Tal escolha se deve ao fato de que neste modelo de análise a construção do processo de pesquisa parte de um postulado ou conceito – em nosso caso o Associativismo – como matriz de estruturação da pesquisa e de interpretação do objeto estudado (GERHARDT, 2009).

As informações e os dados recolhidos através das entrevistas foram organizados e analisados à luz da metodologia científica e da bibliografia consultada sobre o tema. Não podemos perder no horizonte que na prática da pesquisa científica a construção do objeto é permanente (PIRES, 2008). Dessa maneira, cada disciplina “constrói o seu objeto”, separando determinados aspectos da realidade social e nos proíbe confundir um domínio do conhecimento com outro. Com isso, o analista é convidado a participar de um projeto que é coletivo, e construir suas próprias descrições e explicações do fenômeno, em função dos parâmetros da disciplina; a noção de objeto construído nos remete ao fenômeno de uma pré-construção social do objeto estudado. Aqui, ocorreria a construção do objeto em primeiro grau, o que permitiria, de alguma forma, dar existência e características concretas, e *a priori*, de um objeto ou fato científico. Isso contribui na orientação do modo de ver e perceber o objeto enquanto elemento de interesse. Por fim, a noção de objeto construído também designaria o procedimento metodológico aplicado pelo pesquisador, a partir da seleção de fatos, conceitos, análise e interpretação sobre o fenômeno, constituindo o seu objeto de elementos técnicos e teóricos (PIRES, 2008).

### **3.2 A entrevista**

No contexto de responder ao problema de pesquisa que trata de compreender o associativismo praticado pelos sujeitos produtores de alimentos no espaço urbano e quais as vantagens desse tipo de organização para os associados e, de mesmo modo, atender os objetivos deste trabalho, tais como o objetivo geral que é conhecer o associativismo praticado pelos agricultores urbanos que participam do Projeto SEMEAR no território do município de Cachoeirinha, somado aos objetivos específicos de se buscar conhecer a história da associação desde sua fundação, passando pelos motivos que levaram os produtores à sua criação, quais os projetos desenvolvidos, as experiências e práticas adotadas, as ações voltadas aos associados e

quais as percepções dos próprios associados sobre esse modelo de organização, entendeu-se que a técnica da entrevista seria a forma mais adequada para o levantamento das informações.

Roberto Jarry Richardson dizia que a melhor oportunidade para “participar na mente do outro ser humano é a interação face a face” (RICHARDSON, 1985, p. 160). A entrevista é o momento ao qual é permitido ao pesquisador se aproximar e interagir com as pessoas, possibilitando ao investigador observar a realidade, penetrar na mente, na vida e na definição dos indivíduos (RICHARDSON, 1985). Esse autor apresenta, assim, a sua defesa em favor do uso da entrevista:

Esse tipo de interação entre pessoas é um elemento fundamental na pesquisa em Ciências Sociais, que não é obtido satisfatoriamente, como já foi visto, no caso da aplicação de questionários. A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B. (RICHARDSON, 1985, p. 160).

Neto (1994) afirma que a entrevista é um tipo de técnica de levantamento de dados que tem a vantagem de extrair as informações através da fala dos atores sociais. Enquanto abordagem técnica disponível para o trabalho de campo, a entrevista possibilita a obtenção de dados objetivos e subjetivos presentes nos sujeitos. As entrevistas podem ser estruturadas, sendo estas baseadas, usualmente, em questionários com perguntas e respostas pré-formuladas pelo pesquisador, e entrevistas não estruturadas, também chamadas de entrevistas abertas ou em profundidade e que visam obter do entrevistado aquilo que ele considera mais relevante sobre um determinado problema ou tema (RICHARDSON, 1985).

A entrevista aberta ou não estruturada permite ao investigador ir propondo temas de seu interesse ao entrevistado, conduzindo o diálogo com o objetivo de extrair informações úteis para a pesquisa. Ao mesmo tempo, essa condição permite ao entrevistado abordar livremente os temas propostos (NETO, 1994).

É interessante notar a definição de entrevista apresentada por Richardson (1985). Ele descreve que a palavra é formada por outras duas palavras: *entre* e *vista*. A palavra “entre” indica a relação de local, lugar ou estado no espaço onde ocorre a ação e que também separa as pessoas. Já a palavra “vista” refere-se ao ato de ver, de olhar, de prestar a atenção a algo ou alguma coisa. Para o investigador, trata-se da atenção dada ao objeto investigado. A partir de um conjunto de perguntas orientadas para responder um determinado problema ou objetivo, o entrevistador busca estimular o entrevistado a expressar suas ideias, noções ou percepções sobre o assunto tratado.

A entrevista não estruturada foi descrita em seus objetivos da seguinte maneira por Richardson (1985):

1. Obter informações do entrevistado, seja de fato que ele conhece, seja de seu comportamento.
2. Conhecer a opinião do entrevistado, explorar suas atividades e motivações.
3. Mudar opiniões ou atitudes, modificar comportamentos. Por exemplo, o caso de uma criança difícil.
4. Tratar de um problema comum: discutir uma decisão a ser tomada conjuntamente, estabelecer um plano de trabalho ou resolver um problema pessoal pendente entre duas pessoas.
5. Avaliar as capacidades do entrevistado, visando à sua orientação ou seleção. Por exemplo, um exame oral.
6. Favorecer o ajuste da personalidade, no caso de uma entrevista psicanalítica ou psicoterapêutica. (RICHARDSON, 1985, p. 162).

O mesmo Roberto Jarry Richardson (1985) chama a atenção para o fato de que a entrevista não estruturada está mais apropriada para situações em que o pesquisador não deseja impor a sua visão da realidade investigada, não tenha o total controle do objeto, ou quando ele entende que não conhece com profundidade a população que será entrevistada. Nessa condição, uma estratégia diferente e que não necessite da rigidez de formulação própria de questionários fechado, pode ser alcançada através da aplicação de entrevistas não estruturadas e favorecer a condução da pesquisa.

Somada à entrevista não estruturada, podemos utilizar a técnica da entrevista guiada e que objetiva descobrir aspectos sobre determinada experiência. Neste caso, o pesquisador deverá possuir conhecimento sobre pontos ou temas a serem tratados durante as entrevistas. É uma realidade em que o entrevistador faz as perguntas e o entrevistado tem a liberdade de responder de acordo com sua vontade (RICHARDSON, 1985).

De outra parte, Augusto Nivaldo Silva Triviños (1987) explica que as entrevistas utilizadas nas Ciências Sociais podem ser de três tipos: estruturadas ou fechadas, semiestruturadas, livres ou abertas. O mesmo autor esclarece que para alguns modelos de pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada aparece como um dos principais meios que o investigador tem a sua disposição para o levantamento de dados. Assim, segundo esse autor,

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo

investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Triviños (1987) também diz que a entrevista semiestruturada utilizada na pesquisa qualitativa reúne condições próprias e singulares em relação à entrevista não diretiva e à entrevista padronizada ou estruturada. A entrevista semiestruturada “mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Para Triviños (1987), essa característica da entrevista semiestruturada favorece a descrição dos fenômenos sociais observados, como também sua explicação e compreensão de sua totalidade, tanto dentro de suas especificidades locais ou gerais, quanto em situações que envolvem dimensões mais ampliadas da realidade.

A entrevista semiestruturada se caracteriza pela utilização de um roteiro previamente elaborado. O roteiro aparece como um mapa da pesquisa qualitativa. Nesta condição, ele deve ser suficientemente aberto, permitindo ao investigador que faça escolhas ao longo da pesquisa, podendo, assim, desviar-se das rotas que foram traçadas originalmente e, para com isso, alcançar melhores resultados, se necessário. Portanto, o roteiro se trata de uma ferramenta aberta, que tem a função de orientar o pesquisador no alcance de seus objetivos, metas e demais resultados, tendo como pressuposto a liberdade de escolhas tanto do pesquisador como dos sujeitos envolvidos (MANZINI, 2004).

Eduardo José Manzini (2004) explica que quando elaboramos um roteiro de entrevista, temos que ter em mente que as questões motivadoras da pesquisa devem ser respondidas ao longo do processo. Logo, todas as perguntas que compõem o roteiro devem ser claras, precisas e bem definidas.

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Manzini (2004) explicita de que a entrevista pode ser entendida como um processo de interação social, verbal e não verbal, e que ocorre através da relação face a face, entre um pesquisador, este enquanto elemento que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, por suposição, possuiria a informação desejada pelo investigador ao qual possibilitaria, através de sua fala, esclarecer pontos importantes sobre o fenômeno em pauta.

Esta mediação, segundo Manzini (2004), entre o desejo do pesquisador e do entrevistado em responder, ocorre principalmente por meio da linguagem. Diante do exposto, este trabalho buscou desenvolver um roteiro dentro do modelo de entrevista do tipo semiestruturada, tendo como intenção atender os objetivos propostos pela pesquisa.

Foram realizadas sete entrevistas exclusivas, registradas em dispositivo eletrônico, sob a autorização dos próprios entrevistados. O registro contou com as falas de duas produtoras e de mais cinco produtores participantes do Projeto SEMEAR. As entrevistas ocorreram entre os dias 31 de maio e 01 de junho de 2022, sendo realizadas durante as nossas visitas aos lotes dos entrevistados. A escolha dos entrevistados foi pela disposição e compreensão que essas pessoas apresentaram em participar desse tipo de entrevista, durante a nossa abordagem. Também se soma ao produto dessas entrevistas, as informações que foram sendo colhidas de maneira informal entre os outros produtores que estavam presentes durante as visitas aos lotes e que, em seu conjunto, compunham o universo de pesquisa. Esses produtores circundantes, apesar de não autorizarem o registro de suas falas no gravador, permitiram que fosse registrada a essência de suas opiniões em anotações de campo. Também foram feitos registro fotográfico para auxiliar na descrição do cenário de pesquisa.

### 3.3 O local da pesquisa

O Município de Cachoeirinha está localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, estado do Rio Grande do Sul. Através da Lei nº 5.090, de 09 de novembro de 1965, o lugar deixava a sua condição de um distrito da cidade de Gravataí e era elevado à condição de município. Em seu art. 2º, essa lei assim estipulava os limites territoriais da nova localidade:

Art. 2.º - O território do novo município é assim delimitado:

ao norte – começa no Passo do Nazário no Rio Sapucaia, pelo qual sobe até encontrar a Estrada Rincão Sapucaia, seguindo por esta até o entroncamento da estrada que vai do Ipiranga à Vista Alegre;

a leste – começa no entroncamento das Estradas Rincão-Sapucaia com Ipiranga-Vista Alegre, prosseguindo por esta até o Rio Gravataí;

ao sul – começa no ponto em que a Estrada Ipiranga-Vista Alegre encontra o Rio Gravataí, descendo por este (Rio Gravataí) até encontrar a confluência com o Arroio Brigadeiro.

a oeste – começa na confluência do Arroio Brigadeiro com o Rio Gravataí, subindo por aquele até sua nascente oeste e daí por linha seca e reta, até o Passo do Nazário sobre o Arroio Sapucaia. (RIO GRANDE DO SUL, 1965, p. 1).

A cidade de Cachoeirinha tem suas fronteiras com quatro municípios, cujos limites são: ao sul com Porto Alegre, ao leste com Gravataí, ao norte com Sapucaia do Sul e ao oeste com Canoas. As principais vias de acesso e escoamento do município são a rodovia federal BR 290 e as estaduais RS 118 e RS 030. Cachoeirinha encontra-se localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, tendo que 82% de seu território banhado pelo rio que dá nome à Bacia (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

O Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o nosso IBGE, apontou que naquele momento o município de Cachoeirinha contava com uma população de 118.278 pessoas, e com uma estimativa para o ano de 2021 girando em torno de 132.144 indivíduos em um território de 43.778 Km<sup>2</sup>, representando uma densidade demográfica de 2.687,04 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). O mesmo censo demográfico dava que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município estava na ordem de 0,757, e tendo uma expectativa de vida para a sua população de 76,4 anos. Com base no ano de 2018, o mesmo instituto indicava que Cachoeirinha, naquele momento, apresentava um PIB Per Capta que girava em torno de R\$ 40.778,59. Já para o ano de 2019, o PIB Per Capta alcançou as cifras de R\$ 43.649,77, ficando acima do PIB Per Capta brasileiro para aquele ano e que foi em torno de R\$ 34.533,00 (IBGE, 2022).

O município de Cachoeirinha dispõe de um parque industrial com uma área de 262 hectares onde estão instaladas 68 empresas, em sua maioria de porte médio (RIO GRANDE DO SUL, 2021). De acordo com o SEBRAE (2020), Cachoeirinha no ano de 2019 contava com um setor de comércio que compreendia 2.523 empresas, entre micro, pequenas, médias e grandes organizações. Já na área da indústria de transformação, a cidade dispunha de 877 empresas de diversos tamanhos. O setor de serviços está representado por uma cifra de 2.730 unidades, em sua maioria de microempresas. A construção civil do município responde por 427 empresas e o setor agropecuário e de extração por 14 unidades. No relatório do SEBRAE (2020), Cachoeirinha tinha em 2018 um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 0,75, o que o classificava como um desenvolvimento socioeconômico médio, colocando-o na 281<sup>a</sup> posição em relação aos outros municípios gaúchos.

A Lei Complementar nº 11/2007, de 18 de dezembro de 2007, que instituiu o Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano do Município de Cachoeirinha, extinguiu a denominação de “área rural” para espaços que antes eram caracterizados com tal denominação (CACHOEIRINHA, 2007). A partir disso, todo o território do município foi considerado como área urbana, estando, nessa condição, disponível para a exploração pelo mercado imobiliário dos grandes condomínios residenciais. Apesar disso, é possível verificar, em

determinadas áreas do território, a existência de pequenas propriedades que praticam alguma forma de agricultura.

Desde o ano de 2004, ocorrem feiras livres em diferentes pontos da cidade. São espaços para a comercialização de hortifrutigranjeiros e produtos coloniais. As feiras livres são promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, e funcionam de terça a sábado, em dias e horários fixos para as suas atividades nos bairros da cidade Para o agricultor participar como feirante é necessário ser registrado como produtor (a), Micro Empreendedor Individual – MEI ou Micro Empresa – ME (DIÁRIO DE CACHOEIRINHA, 2015).

Na **Figura 1** é apresentada a localização da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA em relação ao mapa do estado do Rio Grande do Sul. Na **Figura 2**, a localização do Município de Cachoeirinha em relação à Região Metropolitana de Porto Alegre (município de nº 4 no mapa).

**Figura 1 - Localização da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.**



Fonte: Wikipedia (2022).

**Figura 2 - Localização do Município de Cachoeirinha na RMPA.**



Fonte: site baixarmapas.com.br (2022).

### 3.4 O trabalho de campo

Ao iniciar o trabalho de campo, as pesquisas iniciais apontavam para a existência de uma associação, a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear, que teria atuação junto aos produtores do projeto. No entanto, a partir do contato com os entrevistados, descobriu-se que esta associação teve uma vida curta no projeto e que, atualmente, ela não estaria representada, de forma alguma, os interesses dos produtores.

Outra questão que surgiu durante o processo de investigação esteve ligada às especificidades do universo escolhido para observação, exigindo adaptações e certa dose de criatividade para superar os problemas que se amontoavam após cada etapa da pesquisa. O Projeto SEMEAR nasceu com o objetivo de ocupar uma área de terra cuja extensão compreende 149 hectares que estão sob as linhas de transmissão de energia de alta tensão. Hoje, neste espaço de 149 hectares, há lotes ocupados desde o início do projeto, sendo identificados como os “lotes antigos”, e outros de ocupação mais recente.

O trabalho de campo imaginado e planejado exigia pesquisa nas áreas onde se localizavam os lotes mais antigos e realização de entrevistas com os produtores mais experientes. Logo surgiu o primeiro problema: descobrir que em dias de chuva ou quando o

clima apresenta alta umidade relativa do ar<sup>7</sup>, os produtores não podem utilizar suas áreas. Tal exigência é determinada pela concessionária de energia elétrica e se deve ao fato de possíveis riscos de acidentes elétricos, na condição de que são espaços localizados sob as torres de transmissão de alta tensão. Sendo que, durante o período da pesquisa de campo, a região Sul se encontra em pleno outono e se encaminhando para o inverno, e o clima foi um dos fatores de influência sobre a prática desta investigação, representando a redução de alternativas de visitação aos produtores. Do mesmo modo, houve a circunstância de que o trabalho de campo ocorreu durante a entressafra<sup>8</sup>, significando lotes em descanso para os próximos cultivos e a ausência de produtores no local. Segundo os entrevistados, é a partir do mês de setembro que os produtores voltam com mais força para os seus cultivos.

Também é necessário relatar o episódio de “abandono” que foi protagonizado pelo primeiro e, até então, principal informante que se dispunha naquele momento. Nestes últimos tempos, quanto mais se buscou o contato, mais o informante ignorou as mensagens e chamadas telefônicas. Somente depois da realização das entrevistas é que foi possível compreender as prováveis razões para este “abandono”.

Na execução do trabalho de campo, privado de qualquer pessoa que pudesse conduzir até os produtores, a solução foi ir até o local da pesquisa, apresentar-se como pesquisador e acadêmico do PLAGEDER, munido de gravador, caneta e de um caderno para as anotações. Vale comentar que romper a barreira do desconhecido, a partir da prática do trabalho de campo, foi uma experiência muito interessante.

O trabalho de campo foi executado em áreas localizadas em dois bairros do município de Cachoeirinha. O primeiro local de visitação – os chamados “lotes antigos” – foi escolhido

<sup>7</sup> “A umidade relativa do ar é a relação entre quantidade de água que existe no ar (**umidade absoluta**) e quantidade máxima de água que poderia existir na mesma temperatura (ponto de saturação), tudo isso de acordo com o CGE – Centro de Gerenciamento de Emergências.” Fonte: <https://www.thermomatic.com.br/duvidas-frequentes/o-que-e-umidade.html#:~:text=A%20umidade%20relativa%20do%20ar%20%C3%A9%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20quantidade,Centro%20de%20Gerenciamento%20de%20Emerg%C3%AAscias>. Acesso em: 03 jun 2022.

<sup>8</sup> “Muitas vezes, culturas anuais de ciclo curto se desenvolvem vigorosamente apenas em uma parte do ano devido às já referidas condições climáticas. Desse modo, após a época de serem colhidas, ou seja, a época da **safr**, o solo permanece em descanso ou, usando um termo técnico, ele permanece em pousio até que condições climáticas favoráveis se estabeleçam novamente para que a cultura possa ser plantada mais uma vez. O período que contempla o fim da colheita (pós-colheita) até o início do novo plantio recebe o nome de **entressafra**. Durante a **entressafra**, o solo fica sem atividade agrícola, o que faz com que alguns agricultores plantem algumas culturas anuais de ciclo curto que consigam desenvolver-se nesse período com as condições climáticas menos favoráveis à cultura principal. Assim, o agricultor consegue cultivar a terra plantando outra cultura o que traz uma renda extra a ele por meio da comercialização dessa cultura plantada nas entressafras.” Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/blog/2016/10/16/voce-sabe-a-diferenca-de-entressafra-safra-e-safrinha/> - Acesso em: 03 jun 2022.

a partir das informações que estavam disponíveis na web, durante o processo de pesquisa, e que indicavam a existência daquele lugar. Tratava-se de uma área localizada no Bairro Parque Granja Esperança. Já o segundo local foi selecionado com base nas indicações sugeridas pelos primeiros entrevistados dos “lotes antigos”. Este segundo local da visitação está situado no Bairro Moradas do Bosque.

A **Imagem 3** nos dá uma noção aproximada sobre a distância entre as duas áreas e a localização em relação aos dois bairros. A área A, os “lotes antigos”, está situada no Bairro Parque Granja Esperança e a área B representa aquela localizada no Bairro Moradas do Bosque. Ambas as áreas seguem um sentido longitudinal Sul-Norte, sendo que a área A encontra-se ao Sul em relação à área B.

Na perspectiva da imagem, podemos identificar uma área verde que está à direita da área A. Trata-se do Parque Natural Municipal Doutor Tancredo Neves. Ele compreende uma área de 17,7 ha de reserva natural que são destinados à conservação ambiental. Nesse local, em parceria com o Horto Florestal do município, são oferecidos cursos, palestras e oficinas para os produtores do Projeto SEMEAR.

**Imagem 3 - Áreas dos lotes do Projeto SEMEAR.**



Fonte: Imagem retirada do Google Maps e editada pelo autor (2022).

No dia da visitação à área A – Parque Granja Esperança –, ocorrida na tarde do dia 31 de maio de 2022, os lotes, em sua maioria, estavam vazios. Após alguns metros de caminhada, encontrou-se o primeiro produtor em seu espaço de cultivo. Ele, logo depois da apresentação, tratou de dizer que era novo naquela atividade e de que não tinha nada para contribuir com o trabalho. Entretanto, indicou um determinado produtor que estaria entre os mais antigos participantes do Projeto SEMEAR, apontando para uma direção onde poderia ser encontrado. A indicação levou a um conjunto de lotes ao qual não era possível identificar o local exato sugerido pelo interlocutor. Também não havia ninguém à vista para perguntarmos. Entretanto, observou-se uma pequena porteira construída de paus de galho e arame, dispositivo cuja presença marca a paisagem de alguns rincões interioranos do nosso país. Ela estava aberta e indicava um caminho para alguns lotes. Com muito cuidado, espreitando o olhar por recantos próximos e distantes, se buscou alguém para conversar. Foi nessa área que se conheceu Dona Vera, a pessoa ao qual seria a nossa primeira entrevistada.

A partir da indicação da primeira entrevistada, foi possível encontrar outros produtores participantes do projeto SEMEAR. Ao final, entre conversas gravadas e conversas que ocorriam de maneira informal, às vezes individual e outras vezes de forma coletiva, entrevistou-se um número de dezesseis pessoas. Desse total, apenas sete concordaram em gravar a entrevista. E nesta condição de se permitir a gravação do diálogo que seria realizado, foram entrevistadas sete pessoas, cinco homens e duas mulheres, com idade entre 42 e 72 anos. Sobre a idade, partindo de um olhar mais amplo, observou-se que é significativa a presença de pessoas acima dos 60 anos entre os produtores do projeto. Talvez seja um indicativo daquilo que a maioria das pessoas com o qual houve o diálogo e que declaravam de que o SEMEAR era uma oportunidade de grande valor para os indivíduos aposentados, aqueles que “já tinham criados os filhos e agora podiam se dedicar a cuidar da terra”. No próximo Capítulo, será apresentado com maiores detalhes o perfil de cada entrevistado, bem como sua atuação junto ao projeto e as atividades desenvolvidas no lote.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Conhecendo os produtores do Projeto SEMEAR

Para preservar as identidades dos entrevistados, foram adotados nomes fictícios para identificá-los no texto. Dona Vera, a primeira entrevistada, é uma senhora de 64 anos, aposentada, e ocupa um lote do Projeto SEMEAR para a sua produção de alimentos. Na apresentação das intenções e objetivos com o estudo, a mesma senhora observou a falta de conhecimento sobre determinados aspectos da realidade daqueles produtores. Com isso em vista, ela gentilmente orientou para o fato de que seria na parte da manhã o momento mais adequado para conversar com as pessoas daquele local, pois esse é o período do dia em que a maioria dos produtores costuma trabalhar em seus lotes. Por isso, se as visitas transcorressem apenas na parte da tarde, poucas seriam as chances de encontrar pessoas trabalhando naquelas terras. Dona Vera também explicou que foi uma amiga que lhe ofereceu a oportunidade de ocupar um dos lotes do SEMEAR. Isso aconteceu em uma época em que o projeto era liderado por um “pastor da igreja” que trabalhava na prefeitura municipal. Antes disso, completa a entrevistada, não tinha nenhuma experiência com o cultivo de alimentos. Foi o amor pela terra que a teria feito aceitar o convite da amiga.

Com o passar do tempo, e a desistência de outros produtores, ela foi ampliando suas áreas de plantação. Atualmente, ela e o marido, o Senhor Orlando, 66 anos, aposentado, casados 44 anos, cuidam de três lotes. Questionada há quanto tempo participa do SEMEAR, Dona Vera calculou próximo dos 30 anos, porém disse que não se lembrava com exatidão de quando ela e o marido começaram no projeto. Observou-se que o projeto aparece como tendo sido iniciado em 2006 (SEBRAE, 2019), e dessa forma teria 16 anos de atividade.

A produtora explicou que uma parte do que é produzido em seu lote destina-se para o consumo familiar e o excedente é doado para amigos. Existe também a prática de dar ou trocar produtos entre os próprios produtores do projeto. No momento da entrevista, Dona Vera estava descascando os aipins – ou mandioca – ofertados de um produtor *lindeiro* de sua área, o senhor Jaci. No lote do casal são cultivadas variedades como alface, aipim, cebola, alho, radite, feijão, batata inglesa, batata doce, couve, couve flor, o chuchu, além de algumas árvores frutíferas como a bergamota, laranja, limão, banana, etc.

Quanto à associação, Dona Vera disse que participou da primeira diretoria da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear, em 2017, ocupando o cargo de segunda secretária. Era um cargo destinado à atividade de cadastramento dos produtores do projeto. O irmão dela era o tesoureiro da

associação. Cada sócio pagava uma mensalidade que era destinada para a aquisição de sementes crioulas e para a manutenção de algum maquinário. Com a saída do seu irmão e de outras pessoas, a associação acabou morrendo, segundo as palavras de Dona Vera. Na **Imagem 4** a imagem mostra a estrutura coberta com tela de sombreamento que Dona Vera utiliza para a produção de hortaliças e alguns legumes.

**Imagem 4- Estrutura para a produção de hortaliças (Dona Vera)**



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

O segundo entrevistado foi o Sr. Jaci, 72 anos, aposentado da indústria metalúrgica. Participa do projeto há dois anos. Ingressou através de um convite de um amigo que já participava do SEMEAR e que lhe motivou a ocupar um dos lotes que estava vazio. No lote há uma vertente que serve para o uso no cultivo. O produtor cultiva batata doce, aipim, feijão de vagem, abobrinha, moranga cabotiá, cenoura, alho, etc. Toda a produção é para o consumo familiar. Quando questionado sobre a associação, ele disse preencheu um cadastramento junto ao atual grupo que está desde janeiro na coordenação do projeto. Mais adiante, na seção 4.3, trataremos sobre isso. Ele explicou que não conhece a história da associação e que não participou de nenhuma ação promovida pela associação. A **Imagem 5** mostra a preparação do solo para o plantio de mandioca que o Senhor Jaci estava realizando no momento em que visitamos o seu lote.

### Imagem 5 - A preparação do solo para o cultivo da mandioca (Sr. Jaci)



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

O outro entrevistado foi o Sr. José, 61 anos, ainda não é aposentado. Ele foi motorista de caminhão e em razão de problemas cardíacos, “está fora da estrada”. Participa do projeto há seis meses. Apesar disso, afirma ter bastante conhecimento sobre o SEMEAR, pois o seu irmão há dezessete anos produz alimentos em um dos lotes. O que lhe motivou a participar do projeto foram questões da própria saúde (ponte de safena no coração e a condição de diabético) e que a roça seria um espaço para a sua atividade física. O Sr. Zé – assim ele é conhecido entre os demais produtores – cultiva milho, alface, feijão, couve, cebolinha, etc. Quanto à associação, ele afirma não saber da existência de uma associação. Entende que a associação, assim como sindicatos, não procura as pessoas para escutar os seus anseios e interesses. Entretanto, acredita que a união e a organização das pessoas são fundamentais para o sucesso do grupo. Também destaca a importância de cursos de capacitação e de orientação aos produtores do projeto. A **Imagem 6** destaca a presença das torres de transmissão de energia elétrica de alta tensão no lote do Sr. José e que são componentes do cenário e da rotina dos produtores do Projeto SEMEAR.

**Imagem 6 - Detalhe para as torres de alta tensão ao fundo (Lote do Sr. José)**

Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

O entrevistado desta vez foi o Sr. Paulo, 65 anos, aposentado por invalidez e irmão do Sr. José. Ele diz estar no projeto desde 2005, ocupando o mesmo lote. O que lhe motivou a participar do SEMEAR foi a sua saúde, pois ele é acometido por uma doença crônica (asma) e considerou que o trabalho com a plantação poderia melhorar a sua condição. Diz que sua produção ajuda na despesa familiar, pois reduz os custos que seriam destinados à aquisição de alimentos. Em seu lote de aproximadamente 500 m<sup>2</sup>, ele cultiva alface, mostarda, fava, pepino, beterraba, alho, cebola, feijão, milho, aipim, batata doce, rúcula, maracujá, mamão, além de variedades de época. Garante ser uma produção totalmente livre de venenos. Costuma comercializar o excedente de sua produção, em torno de 20% de tudo o que é cultivado, o que lhe garante recursos para reinvestir no lote e auxilia o orçamento familiar.

Ao tratarmos da associação, o Sr. Paulo afirma não ser sócio da associação. Diz ter restrições em participar de uma associação por entender que esse tipo de organização retira a liberdade do produtor de escolher como produzir e comercializar os seus produtos. Portanto, prefere ficar independente. Nunca participou de cursos ou qualquer modalidade de capacitação. Mas, já aproveitou as dicas de um técnico que esteve no local. O produtor diz que nos últimos dois anos aumentou a quantidade de furtos nos lotes. Nos lotes não é permitido qualquer tipo de construção que venha a servir como residência. E é no período da noite, segundo o Sr. Paulo, que acontece o furto dos cultivos. A **Imagem 7** mostra a estrutura coberta com tela de sombreamento que o Sr. Paulo utiliza para produzir suas hortaliças.

### Imagem 7 - Detalhe da horta (Lote do Sr. Paulo).



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

O outro entrevistado foi o Sr. Walter, 61 anos. Ele afirma que, em razão de uma doença, está afastado do trabalho e que recebe um benefício do governo. O Sr. Walter é “vizinho de cerca” do Sr. Paulo. Há seis anos que participa do Projeto SEMEAR. Quem lhe fez o convite foi o Sr. Paulo. Em seu lote, cultiva as mesmas variedades que o Sr. Paulo planta, como a mostarda, o pepino, a beterraba, o, feijão, o alho, o milho, a cebola, o aipim, a rúcula batata doce, etc. Parte da produção é destinada para o consumo da família e o excedente é vendido para pessoas conhecidas. O produtor também reclama da falta de policiamento no local para evitar os furtos. Sobre a associação, o Sr. Walter diz que se inscreveu para ser sócio. Porém, explica não participar das decisões ou de qualquer evento. Também dizia não conhecer com exatidão a história da referida associação. Falou que escutava algumas coisas, como críticas e problemas sobre a organização. Mas, não se sentia confortável para comentar.

A entrevistada foi Dona Tereza, relata que faz parte, atualmente, da organização mais recente do Projeto SEMEAR. As torres de transmissão de energia elétrica cruzam o território do município, resultando na distribuição dos lotes em vários bairros da cidade e formando concentrações de áreas de cultivos e de produtores. O lote que Tereza ocupa fica em um bairro distante do local onde estão os lotes da Dona Vera, Sr. José, Sr. Paulo e Sr. Walter.

Dona Tereza – ou apenas Tereza como ela gosta de ser chamada –, tem 57 anos, e trabalha como colaboradora do SEMEAR. Conhece o projeto desde o seu início. Entretanto, participa dele apenas há um ano quando passou a ocupar um dos lotes. Sua primeira motivação esteve na imagem de seus avós que plantavam o próprio alimento. Somado a isso,

estava sua necessidade de cuidar da própria saúde física e mental. Ela explica que o fato de mexer com a terra lhe auxilia a evitar a depressão. Ela cultiva árvores frutíferas (goiabeira, laranjeira, bergamoteira, amexeira, mamoeiro, jabuticabeira, araçazeiro, pitangueiras, etc.), além de legumes e hortaliças como a alface, a couve, a cenoura, rúcula, cebola, alho, entre outras espécies. O cultivo é para o consumo familiar e o excedente é doado, presenteado e trocado com os outros produtores do projeto. Ela afirma que a associação não tem nenhuma interferência sobre o trabalho dos produtores. Que quando era no tempo em que o referido pastor coordenava o projeto, havia cursos e organização em torno dos produtores. Atualmente, segundo ela, não “existe” efetivamente a associação, apesar de haver uma determinada organização identificada com esse modelo de organização, possuindo nome e CNPJ. Dona Tereza explica que há um pensamento em direção à criação de uma nova associação que venha a atender os interesses dos produtores do projeto.

Tereza também falou um pouco sobre o trabalho do atual grupo que assumiu o SEMEAR em janeiro de 2022. O grupo busca a reorganização dos produtores, a partir do recadastramento das pessoas que utilizam os lotes e do fortalecimento das relações entre todos os participantes, com o destaque para que a tomada de decisões e soluções seja em conjunto. Outra ação tratou da reforma de um micro trator, equipamento que tinha sido doado por um vereador da cidade, que se encontrava danificado. Neste ano, também foram resgatados os trabalhos de aragem do solo e preparação da terra para o cultivo em muitos lotes do projeto, sem qualquer custo para os produtores. Ela destacou a criação de um grupo no aplicativo WhatsApp que foi pensado como um espaço para a comunicação entre a coordenação e os produtores. Este grupo no aplicativo também acabou servindo para que os produtores realizassem a troca de ideias e de experiências, contribuindo para a solicitação de auxílio, de troca e de oferta de insumos, como, por exemplo, sementes e ferramentas. Isso contribuiu para fortalecer os laços de solidariedade entre os produtores do SEMEAR, afirma Tereza. Ela também destaca que as reuniões agendadas e organizadas nos lotes de cada bairro foram fundamentais para fortalecer o movimento entre os produtores. Na **Imagem 8** e na **Imagem 9** são apresentados alguns detalhes da produção que realizada pela Dona Tereza em parceria com outro produtor que não estava no local no momento de nossa entrevista.

**Imagem 8 - Detalhe do cultivo (Lote da Dona Tereza).**



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

**Imagem 9 – Outro detalhe da produção (Lote da Dona Tereza).**



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

O último entrevistado foi o Sr. Mauro, 42 anos, autônomo. Atualmente, ele exerce o cargo de diretor na Prefeitura de Cachoeirinha e é responsável pelo Projeto SEMEAR desde janeiro de 2022. Também utiliza um dos lotes do projeto, porém em outro bairro. Quando questionado sobre a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear, o Sr. Mauro garante de que ela não possui qualquer vínculo com o SEMEAR. Que no passado o nome do projeto teria sido utilizado para a criação dessa associação com o verdadeiro objetivo de compor vantagens para alguns. Além disso, haveria questões do poder político local que disputariam o projeto. Segundo ele, a associação estaria

ligada a antiga administração do projeto e que tinha por prática cobrar taxas para a realização de serviços junto aos produtores. Por essa razão, explica o entrevistado, a antiga administração foi descartada pela prefeitura.

Desde que assumiu o projeto, ele buscou capacitação na operação de tratores para auxiliar aos produtores. Fez questão de destacar que o custo dessa capacitação foi inteiramente por sua conta. A ideia é apoiar os produtores sem qualquer cobrança de taxas dos serviços. Ele entende que se os produtores do SEMEAR conseguirem produzir com qualidade e em quantidade suficiente para gerar um excedente que extrapole as necessidades dos produtores, parte da produção excedente poderá ser direcionada para atender as demandas e as necessidades das camadas mais pobres da população do município. Com isso, o Sr. Mauro busca ampliar a função social do projeto.

Mauro conta que em janeiro, quando assumiu a coordenação do SEMEAR, os equipamentos estavam sucateados. São máquinas da prefeitura dedicadas ao projeto. Através da parceria com empresários da cidade, ele teria conseguido reformar os equipamentos e colocá-los à disposição dos produtores. Ele cita o exemplo do micro trator em que a reforma do motor só foi possível a partir de parcerias com pessoas de fora do projeto. Por meio da relação política com um determinado vereador da cidade – vereador que foi o doador do micro trator ao projeto –, Mauro tem conseguido conquistar maior apoio da prefeitura para o SEMEAR. Por fim, ele explica que não tem interesse em criar uma nova associação para o projeto, por acreditar que ela serviria apenas para atender interesses particulares dos organizadores e não dos produtores.

#### **4.2 A Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto SEMEAR: uma história de narrativas e controversas**

Ao pesquisar o tema do associativismo, naquele momento, acreditava-se que haveria uma dada realidade onde as interações entre sujeitos e demais atores sociais fossem mediadas por uma estrutura organizacional representada na forma de uma associação, esta enquanto uma entidade institucionalizada e de presença efetiva na vida dos produtores. Tal pensamento, como dito anteriormente, esteve guiado a partir de informações disponíveis durante o processo de construção do objeto de pesquisa e que apontavam para a existência de uma associação de produtores ligada ao Projeto SEMEAR (SEBRAE, 2019). Entretanto, a pesquisa de campo demonstrou que a percepção inicial não encontraria elementos para tal

arranjo. Conforme os diálogos transcorriam, novos elementos conduziam a atenção para outra realidade que aflorava a partir da percepção dos entrevistados.

Durante as entrevistas, e com o passar do tempo, algumas coisas começaram a surgir. Percebeu-se que as pessoas entrevistadas tinham cuidado com as palavras que diziam. Havia uma postura antes do gravador ligado e outra após o gravador ligado. Ao serem questionados sobre tal condição, alguns entrevistados diziam que a ocupação dos lotes eram frutos de relações com pessoas próximas e que suas palavras poderiam criar algum tipo de animosidade com essas pessoas. Da mesma forma, os lotes eram concessões muitas vezes intermediadas por relações políticas e de aproximação com este ou aquele candidato, prefeito ou vereador de uma determinada corrente política. Com isso, os entrevistados, tanto os que concordaram com a entrevista gravada, quanto àqueles que apenas aceitaram conversar informalmente, expressavam a sua preocupação em não perder sua concessão. Portanto, manter neutralidade sobre certos temas foi uma das estratégias utilizadas para não arriscar o uso de um lote dentro do projeto.

Essa estratégia demonstra a presença de uma racionalidade e de uma relação negociada entre os atores sociais envolvidos no projeto. De um lado, tem-se os produtores, que são pessoas que residem e vivem no espaço urbano, e que, através do Projeto SEMEAR, tiveram a oportunidade de “trabalhar com a terra” – termo este diversas vezes repetido pelos produtores – e cultivar o seu próprio alimento. De outro, existem os poderes locais, sejam os agentes políticos institucionais (prefeitura, vereadores, órgãos de justiça, etc.), sejam pessoas na coordenação do projeto e que mantêm relações com os poderes. Talvez se possa identificar nessa realidade, elementos de uma estrutura sistêmica persistente do coronelismo brasileiro, de modo que inicia no município, passa pelo estado e desemboca no governo federal (NUNES LEAL, 2012). O autor, ao tratar de coronelismo, aponta que:

Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, por mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (NUNES LEAL, 2012, p. 43-44).

Atualmente, os chefes políticos locais não se aparecem mais como as figuras dos “coronéis” legítimos da fase colonial brasileira (NUNES LEAL, 2012). Em sua maioria, são pessoas de diversas profissões e níveis de conhecimento, que ocupam espaços de poder na

esfera local, conduzindo estratégias para a sua reprodução e permanência. Podemos pensar que tal estrutura conforma a atuação dos atores no cenário que está em jogo. Desse modo, manter neutralidade sobre assuntos “sensíveis” para o grupo pode garantir a permanência no lote e no próprio grupo.

Por exemplo, ao serem questionados sobre a história da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear, que teria sido criada em 2017, alguns diziam não saber as razões que levaram à sua instituição. Questionados sobre a informação de que a referida associação teria por volta de cento e sessenta associados, segundo o primeiro informante, a resposta foi a de que a pessoa que teria fundado a associação, no momento do registro no órgão competente, utilizou para a abertura da organização, uma lista de inscritos já existente e que tinha sido destinada à inscrição de pessoas interessadas em ocupar um lote do projeto. Tal lista era um documento que estava sob a posse da prefeitura municipal. Perguntou-se também sobre a existência ou paradeiro da ata de fundação da associação, fato que a maioria foi incisiva em dizer que não tinha o menor conhecimento sobre tal documento. Outros explicavam que a boa relação que tinham com o antigo coordenador, ao qual era o representante de tal associação, não lhes permitia falar “coisas” sobre ela.

Alguns apontaram para os desvios de conduta por parte do representante da tal associação e que era caracterizada pela cobrança de taxas extras, além das mensalidades dos associados, para os serviços de trator destinados à preparação do solo dentro dos lotes para a realização dos plantios na época do cultivo. Quando questionados sobre quem eram os componentes da direção da associação, como tinha sido a eleições anteriores para a formação da diretoria ou se eles haviam participado de alguma votação, as respostas sempre eram negativas.

Houve aqueles que, de modo contido e limitado, nos explicavam que o Ministério Público do Rio Grande do Sul havia realizado apontamentos sobre o projeto, solicitando informações e explicações acerca do funcionamento do SEMEAR. Para muitos produtores, essa situação colocava em risco a continuidade do projeto em Cachoeirinha. Da mesma forma, consideravam que a atuação do órgão fiscalizador seria em decorrência das condutas praticadas pela pessoa que representava a associação e a coordenação do SEMEAR. Esta pessoa tinha conexões com um determinado vereador do município, e atuava, sem o conhecimento do próprio edil, de maneira não condizente com o papel que deveria assumir enquanto uma liderança que representaria todos os produtores.

Da mesma forma, algumas conversas direcionavam para o fato de que a pessoa que hoje era criticada tinha desempenhado uma função importante para a sobrevivência do projeto, no passado. Talvez, segundo as palavras de interlocutores durante as entrevistas, o problema teria sido que, no desejo de “ajudar” e de atender “muitos interesses” ao mesmo tempo, teria feito a pessoa se “perder” ao longo do tempo. As próprias pessoas que coordenam o projeto atualmente e atuam junto aos produtores, estão relacionadas ao vereador em questão. Neste contexto, sempre que aparecia a oportunidade em nosso diálogo, elas buscaram deixar claras as diferenças que as separavam do antigo coordenador. Entre essas diferenças, estavam aquelas de uma melhor organização do projeto (fato que começava pelo cadastramento dos produtores) e da prestação de serviços e logística, sem qualquer contraprestação financeira por parte do produtor de alimentos.

Com isso, a análise torna claro que há uma disputa discursiva entre os atores que ocupam uma posição de mediadores entre os produtores do SEMEAR e as instituições locais. Principalmente, posições de mediação entre a prefeitura municipal, a câmara de vereadores e os interesses dos produtores. O próprio fato de que o atualmente responsável pelo projeto seja uma pessoa que ocupa um cargo na prefeitura do município, serve para ilustrar que a posição no tabuleiro das relações e posições sociais auxilia na construção de uma narrativa positiva sobre o presente momento do SEMEAR, em contraposição ao que era anteriormente realizado. São jogos que se desenvolvem ao longo do processo da vida local, onde os produtores também ocupam os seus papéis de acordo com suas necessidades e interesses.

Nessa perspectiva, Nunes Leal (2012, p. 59-60), afirma que:

Há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. É neste capítulo que se manifesta o paternalismo, com a sua recíproca: negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. (NUNES LEAL, 2012, p. 59-60).

Interessante foi perceber que o primeiro informante-chave, aquele sujeito que foi o contato inicial em março de 2022 – portanto, no período de construção da ideia da pesquisa – era a pessoa que representava a “antiga” associação e o SEMEAR, antes da atual coordenação. Com isso, foi possível entender as razões que talvez lhe tivessem motivado a não mais atender o chamado para a entrevista. Foram seguidas as situações de insucesso na tentativa de entrevistá-lo. Isso acarretou pela desistência de sua entrevista, por entender que ele já estava incomodado pela insistência.

Com isso, é possível dizer que não se conseguimos construir um desenvolvimento lógico e claro da história da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear. Se no início da pesquisa acreditava-se que seria possível encontrar pessoas disponíveis e com o devido conhecimento sobre a trajetória da associação, a prática do trabalho de campo demonstrou que a tarefa é mais complexa e exigiria uma imersão maior no campo em estudo. O que também se observou é que as fronteiras que separavam as ações promovidas pela prefeitura municipal, das ações que seriam de responsabilidade da associação representativa e, também, daquelas que estavam ao cargo da coordenação do Projeto SEMEAR, não estavam claras. Durante as entrevistas, notava-se que o produtor não definia em seu discurso quem tinha feito o quê. Em boa parte do tempo eles definiam as ações como sendo realizadas pelo “grupo”. E este grupo, mesmo utilizando recursos disponibilizados pela prefeitura e pelo vereador, para o entrevistado não havia uma demarcação clara de quem fazia o quê. Como consequência, as informações levantadas não foram suficientes para construir uma história da associação.

### **4.3 Percepções dos produtores sobre o Associativismo**

Em que pese esta dificuldade de examinar a história de uma associação que se acreditava ter atuação concreta junto aos produtores, foi possível apreender outras questões que eram de interesse da pesquisa. Pode-se observar que os produtores se associam de alguma maneira quando desejam alcançar algum benefício ou quando percebem que a coletividade pode auxiliar no fortalecimento dos canais de comunicação com os poderes locais. Como exemplo, um encontro com o atual prefeito do município, realizado no lote da Dona Tereza. Foi um evento promovido pelos novos coordenadores do projeto e que resultou no comparecimento de cem produtores, aproximadamente. O objetivo do encontro, segundo o Sr. Mauro, era fortalecer os laços com a gestão municipal e comprometê-la com os objetivos do SEMEAR.

Aqui cabe uma explicação. Os novos coordenadores do projeto são representados nas figuras do Sr. Mauro e da Dona Tereza. Esta última é a responsável pelo recadastramento que está sendo realizado junto aos produtores. Ela também é identificada pelos produtores como uma das “pessoas” que responde pelo novo grupo. O Sr. Mauro, em suas palavras, diz procurar desenvolver um papel de interface entre o projeto, a sociedade local e as instituições públicas. Ele também explicou que atua no levantamento das demandas e necessidades dos produtores, buscando soluções e alternativas para os problemas do SEMEAR. Ao longo das

conversas com os produtores, foi relatado sobre a presença e o trabalho de um vereador do município que há muito tempo acompanha o projeto. A vantagem de ter uma pessoa “do meio político”, para os coordenadores, seria a de que este agente público facilitaria o diálogo com os poderes políticos existente no município. Com o passar do tempo, somado ao desenvolvimento das conversas, pode-se perceber que essas pessoas, em conjunto com alguns outros produtores, acabavam “assumindo” a missão, segundo eles, de serem os representantes “legítimos” e os responsáveis legais de levar o SEMEAR para frente.

Cada vez mais, pareceu que essas pessoas identificadas como assumindo a condição de representantes dos produtores, propositalmente ou involuntariamente, acabaram concentrando a imagem e as funções de coordenação do projeto e de uma forma de organização associativa, mesmo que de maneira figurada, já que para a maioria dos entrevistados a associação era apenas a estratégia de alguns para a autopromoção e benefício. Neste conjunto, é preciso ressaltar o fato de que os próprios produtores não apontavam qualquer diferenciação entre uma ação promovida pela prefeitura, uma ação da coordenação do projeto ou a que teria sido da “antiga” associação.

Se, por um lado, não se encontrou uma associação institucionalmente formalizada, ativa e com reconhecimento entre os produtores, por outro, se evidencia um tipo de associativismo produzido pelo sentido da necessidade. Todos os entrevistados, em algum momento de suas falas, deixavam claro sobre a importância do auxílio mútuo entre os produtores. Eles afirmavam que era um dever de todo produtor auxiliar outros participantes, cabendo lembrar, por exemplo, a troca de alimentos de uns com os outros, e que foi citada na seção 4.1.

De modo semelhante, era uma obrigação moral contribuir e apoiar as ações coletivas, pois, os que ali estavam, dividiam as mesmas dificuldades e enfrentavam os mesmos problemas na manutenção de seus lotes, e que também compartilhavam de sonhos e desejos parecidos. Todos, segundo os entrevistados, queriam apenas trabalhar com a terra, cuidar de sua saúde e da saúde de suas famílias, através da produção de alimentos saudáveis e sem veneno. Também faziam questão de dizer que o Projeto SEMEAR foi uma oportunidade para que as pessoas sem recursos pudessem ter um espaço próprio para se conectar com a natureza. E, por se tratar de um local próximo de suas residências, eles sentiam que os lotes eram como a extensão de suas casas. Eram como pessoas da mesma família ocupando o mesmo lugar, confraternizando a dádiva de mexer com a terra.

Cabe destacar que, no início do projeto, os lotes eram distribuídos entre as pessoas cadastradas pela prefeitura, sendo que um dos critérios de distribuição era a destinação às

famílias inscritas no Programa Bolsa Família, tudo isso “no tempo do pastor”, como diziam alguns entrevistados. Com o passar do tempo, a desistência, o afastamento ou falecimento, os lotes foram sendo passados para amigos e familiares dos produtores. Aliás, a amizade foi um dos grandes argumentos que as pessoas utilizavam para explicar o início de sua participação no projeto.

Reconhece-se assim, que foram frustradas as intenções em caracterizar o associativismo praticado pelos participantes do Projeto SEMEAR, porque tal objetivo estava ancorado na crença de que havia uma associação institucionalizada, com diretoria atuante e ações concretas entre produtores, já que existia registro de uma associação com nome e CNPJ, bem como informações do informante-chave inicial, que depois recusou as tentativas de contato. A realidade concreta trouxe a situação onde a organização que era o alvo da presente pesquisa, na fala dos entrevistados, tinha rara ou nenhuma consistência na vida dos produtores. Com isso, não foi possível produzir uma realidade que permitisse identificar e comparar as práticas, soluções e atuação da associação junto os produtores. Muito menos, realizar uma análise comparativa a partir do olhar dos próprios produtores, em razão de que eles não conseguiam diferenciar claramente a presença da tal associação na vida do SEMEAR. Nessa condição, foram infrutíferas as tentativas de estimular os produtores a falar sobre suas perspectivas em relação às vantagens de participar de uma associação, na qualidade de uma organização estruturada com sede, diretoria, departamentos e assembleias deliberativas para a participação de seus associados. Entende-se assim, de que ela existia apenas “no papel”, no discurso da pessoa que se apresentava como sendo um representante da associação e na memória dos produtores que se lembravam de algum momento que a ação se fez enquanto um produto da associação. Não obstante, muitos entrevistados relataram que se posicionavam contrários à criação de qualquer associação, no mesmo instante em que muitos a comparavam em relação à ineficiência dos sindicatos que só existiriam para “retirar dinheiro dos trabalhadores”.

Apesar desta frustração que a investigação trouxe, houve a revelação de um tipo de associativismo solidário, sem a necessidade de uma formalização legal, estatutária. É um associativismo nos moldes daquele que é praticado todos os dias, seja pelo alcance de sementes a um vizinho de lote, seja pela própria mão de obra disponibilizada em auxiliar no trabalho de roçado no lote de outro produtor.

As observações conduziram a perceber nas falas dos produtores, principalmente daqueles que apresentavam o Projeto SEMEAR como sendo uma “família”, de que havia um discurso de identidade. Isto é, os produtores faziam questão de elevar a condição comum de

que todos passavam pelos mesmos problemas e, portanto, dividiam os mesmos sentimentos, sendo todos iguais na hora da adversidade. Por exemplo, se um produtor tivesse alguma dificuldade de cultivo, era dever de todos os “verdadeiros” produtores do SEMEAR providenciar o apoio necessário para o sucesso do plantio, porque, se hoje era ele que necessitava de ajuda, amanhã poderia ser outro. E, também, aparece como um discurso de diferenciação em relação a outros grupos sociais. Tal diferenciação pode ser utilizada como um bônus em momentos de negociação com os poderes locais, pois eles detêm características de solidariedade que lhes garantem coesão e força. É uma condição em que a identidade passa a ser um patrimônio valorizado e preservado no interior do grupo, sendo acionado quando necessário. Tal identidade é construída no cotidiano, através das relações e das dinâmicas que se processam entre os produtores e destes com o entorno. A partilha de uma ferramenta ou a troca de sementes pode representar relações de reciprocidade e de reconhecimento do outro enquanto frente a sua própria condição. Por consequência, ao me perceber no outro, percebo a minha própria condição. E, assim, ajudar o outro, poderá significar a própria ajuda em um futuro próximo.

Verifica-se um processo de patrimonialização das identidades, muitas vezes acionados pelos grupos como forma de obtenção de vantagens políticas. E isso de modo algum significa que as identidades sejam “falsificadas”, “forjadas”, ou “inventadas” em suas narrativas. (MARQUES, 2017, p. 35).

Se todos são iguais, todos possuem os mesmos direitos e deveres. Com isso, dar, receber e retribuir passa a ser uma obrigação que garante a sobrevivência no meio onde se vive. Trata-se de uma condição amarrada em sua sociedade. Mas, também pode ser uma forma que expresse a obrigação espiritual que garanta estar em dia com as obrigações de um espírito bom e, na mesma razão, estar em harmonia com as orientações da divindade ao qual se presta alguma devoção. Pode-se assim, arriscar um elo sobre essa troca moderna de bens que representam a reciprocidade entre indivíduos e aquilo que Marcel Mauss (2003) revela em seu trabalho “*Sociologia e Antropologia*”.

Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de dar e de receber. Mas, essa mistura íntima de direitos e deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas.

E todas essas instituições exprimem unicamente apenas um fato, um regime social, uma mentalidade definida: é que tudo, alimentos, mulheres, filhos, bens, talismãs, solo, trabalho, serviços, ofícios sacerdotais e funções, é matéria de transmissão e prestação de contas. Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreende coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre as funções, os sexos e as gerações. (MAUSS, 2003, p. 202-203).

Esses direitos e deveres de consumir e de retribuir, e que correspondem, segundo Mauss (2003), a direitos e deveres de dar e de receber em troca um valor semelhante, pode-se inferir à questão das relações entre os atores sociais ligados ao Projeto SEMEAR. De um lado, há as relações entre os próprios produtores, e destes com aqueles que conduzem o projeto (os coordenadores). Por outro, de todos eles com os agentes políticos externos e internos, condição representada pela prefeitura e pelo vereador que acompanha o projeto. São situações em que podemos identificar e compreender que seguem um processo semelhante ao da dádiva de Mauss (2003), em que o ato de dar signifique o receber em um momento oportuno.

O que os produtores do Projeto SEMEAR fazem em seus lotes é um tipo de agricultura em que o ambiente local se encontra conectado às características peculiares dos espaços urbanos. Mesmo assim, a partir de um exercício de reflexão analítica, podemos olhar essa agricultura dentro de um enfoque em que a aproxime, salvando algumas diferenças, daquela agricultura produzida pelas famílias de agricultores no espaço rural. Com isso, se possibilita pensar em alguns elementos que podem estar presentes tanto do rural quanto no urbano. Entre eles, podemos considerar a relação e o conceito de reciprocidade entre os agricultores, e no caso desta pesquisa, entre os produtores do projeto.

O professor e sociólogo rural Jan Douwe Van Der Ploeg nos oferece que a agricultura é, “desde tempos antigos, inserida, incorporada em uma ampla gama de relações recíprocas” (PLOEG, 2011, p. 12). São relações de reciprocidade entre o homem e a natureza – e que resultam em transformações mútuas – sendo que, depois, acabam extrapolando o universo dessas mesmas interações, significando relações de reciprocidade dentro da própria família camponesa (pai, mãe, filhos e demais parentes), nas interações entre gerações, nas prestações mútuas entre vizinhos, nas inter-relações ao nível das comunidades camponesas e, por fim, nas inter-relações dos mercados (PLOEG, 2011).

Eric Sabourin (2011) nos apresenta que a reciprocidade tem o seu sentido de interação. Segundo ele, reagimos ao outro conforme as nossas próprias motivações, e por que não dos nossos interesses, em função do que percebemos do outro e de nós mesmos, em uma dada situação. Com isso, seria na totalidade dessas ações de reciprocidade em contínuo movimento o conjunto das atividades sociais formando a sociedade global (SABOURIN, 2011). Pode-se

entender que a interação promovida pela reciprocidade acaba construindo as bases para a coletividade, em sua razão direta de dependência entre os indivíduos de um mesmo grupo, de uma mesma realidade, em que a “Reciprocidade é sinônimo de solidariedade: dependência mútua, fato de ser solidário ou de mutualidade. A mutualidade corresponde a sistemas de solidariedade social baseada na ajuda mútua recíproca dos membros que cotizam.” (SABOURIN, 2011, p. 21).

Voltando ao discurso de nossos entrevistados, é possível avaliar que existem processos de reciprocidade e de solidariedade entre os produtores do SEMEAR. Assim se supõe que ao dizer que é um dever ajudar o outro produtor em seu momento de dificuldade, o sujeito do discurso e ação espera uma relação de mutualidade em caso dele ter alguma adversidade em sua própria realidade. Outro elemento é de que nos discursos foi possível observar que os produtores faziam questão de grifar um sentido de “família” que havia na relação deles. O projeto era, portanto, o formador de uma grande família e que, participando dessa família, todos gozavam de proteção e a solidariedade era um dever. Se, então, eram a solidariedade e a reciprocidade as marcas dessa família que reunia sob sua proteção pessoas diferentes da cidade, tanto uma quanto outra, de uma forma ou de outra, eram invocadas como marcadores de identidade de quem participa ou gostaria de participar do SEMEAR. Como disse a produtora que participa da atual coordenação do projeto, “estamos buscando reforçar os laços de família que existe entre os produtores”.

No caso dos produtores do Projeto SEMEAR, a partir das observações realizadas durante as entrevistas, se deduzir que essas relações de reciprocidade (PLOEG, 2011; SAUBORIN, 2011) e de identidade (MARQUES, 2017; MAUSS, 2003) acabam conduzindo os produtores a um processo de associativismo não formal. Mesmo que eles fizessem por dizer que não queriam uma associação formalizada enquanto organização representativa de seus interesses – ao qual foi sintetizada nas palavras do coordenador do SEMEAR –, os produtores apontavam as qualidades e as vantagens que somente um grupo organizado e solidário poderia conferir a todos os participantes. Da mesma forma, a contar da fala da pessoa que estava recadastrando os produtores, a organização e a união em torno de temas comuns para a superação das adversidades, significando a participação do maior número possível de produtores nas decisões e ações, eram colocadas como a condição necessária para o sucesso e a longevidade do projeto.

Sendo assim, mesmo que não encontrado a participação dos entrevistados em um associativismo formal-institucional, com estatuto e corpo funcional, legalmente estabelecidos

na forma de uma associação de produtores, entende-se, haver algum tipo de associativismo não formal e baseado em relações de reciprocidade e identidade entre as pessoas do grupo.

O interessante foi refletir sobre o fato de que estamos acostumados a uma lógica burocrática, formalizada em instituições concretamente constituídas, sob a chancela da legalidade, com a aprovação do Estado e de reconhecimento público, configurando boa parte das sociedades capitalistas modernas, aparece como um tipo de racionalidade que nos leva a pensar que qualquer possibilidade fora desse esquema estaria fadada ao fracasso. Quando nos deparamos com relações constituídas nas interações e nas dinâmicas particulares de uma determinada realidade, somos confrontados à ideia de que fora das instituições formais há possibilidades e alternativas de organização não formal em que os indivíduos poderiam, sim, obter os frutos de seus objetivos, e sem a tutela de uma instituição formalizada.

A experiência desta pesquisa levou a pensar sobre as inúmeras possibilidades de interações e de alternativas de organização que nascem nas dinâmicas concretas entre sujeitos que dividem uma dada realidade. Ela também serviu para demonstrar as limitações ainda a serem superadas sobre temas que tratam a respeito das pessoas que produzem alimentos no espaço urbano.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor Luciano Fedozzi, titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, certa vez disse que o sucesso de uma pesquisa era o produto de muitas tentativas de sucesso, anteriormente realizadas, que fracassaram.

Se por um lado não se obteve o sucesso de encontrar os elementos que as informações iniciais indicavam durante a construção do nosso objeto, isto é, a presença de uma associação formal (a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear), por outro, encontrou-se um associativismo não formal ancorado nas relações de reciprocidade e de identidade entre os produtores. Pode-se perceber que o projeto encontra-se baseado nessas relações de reciprocidade, e por que não, de solidariedade, que iniciam a partir do convite para que o indivíduo venha a utilizar um dos lotes do projeto para a sua produção de alimentos. Neste convite, a partir das entrevistas, foi possível perceber que há um elemento de identidade entre os sujeitos, na razão de situações cotidianas – seja dificuldades de saúde, financeira, social, ou qualquer outra – acabam construindo elementos de semelhanças que aproximam os sujeitos e, dessa forma, torna-se um dever auxiliá-lo.

Também se verificou que a associação legalmente formalizada que se pensava existir concretamente entre os produtores, se encontrava na condição de não possuir o reconhecimento entre estes, chegando ao ponto de afirmarem que era a associação de um homem só e que ele buscava apenas aferir vantagens para si. Com isso, constatou-se que ela não expressa a representação de uma coletividade que se dizia existir sem a necessidade da existência de tal associação. Aliás, os entrevistados, em sua maioria, dizia ter restrições sobre a formalização de uma associação que lhes representassem em suas demandas. Eles afirmavam preferir o “grupo” dos atuais coordenadores que tinham em pouco tempo – a contar de janeiro de 2022 – apresentado muito mais soluções que os antigos representantes, inclusive muito mais que o “rapaz” da associação que lhes cobravam pelos serviços.

A associação de produtores baseado em relações de reciprocidade, solidariedade e de identidade, foi gerada nas experiências do cotidiano de cada produtor, construindo suas relações com outros produtores. Era na necessidade e na ajuda ao próximo que o projeto se fortalecia, no sentimento de família que os uniam, e na ideia de que todos eram iguais em sonhos e na vontade de trabalhar com a terra. Portanto, é possível dizer que se trata de um modelo de associativismo informal produzido no realizar coletivo dos indivíduos, em que a terra e a prática de uma agricultura urbana, concretizada na produção de alimentos em espaços disponíveis dentro do ambiente urbano, aparecem como o fio condutor entre sonhos,

vontades, necessidades e desejos de se viver com prazer e saúde. Também é importante para demonstrar que, apesar do avançar da idade, ainda continuam úteis, ativos e necessários para suas famílias e para a sociedade.

Cabe aqui considerar que a presença de uma associação institucionalizada, formalmente constituída em instâncias democráticas que permitam o debate sobre as escolhas e decisões coletivas, a partir de processos transparentes, baseados nas aspirações de seus associados, poderia ela contribuir, significativamente, na distribuição de responsabilidades entre os atores sociais, repercutindo no envolvimento e no resultado sobre a totalidade das ações que envolvem as unidades de produção do Projeto SEMEAR. Outra questão é o fato de que a associação enquanto instituição legal possui a capacidade potencial de representação jurídica junto ao setor público e privado. E nesta condição, a associação poderia cooperar como um espaço para a representação, autonomia, cidadania e identidade coletiva dos produtores associados.

O universo de estudo escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, o Projeto SEMEAR, apresenta características promissoras para o estudo do modo de se produzir alimentos dentro do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que se configura enquanto um território onde as relações sociais e as relações de poder produzem as suas dinâmicas e seus produtos, o projeto se potencializa em suas possibilidades de um futuro modelo, se corretamente gerido, para a produção orgânica e saudável de alimento, de base agroecológica e sistêmica, como um auxiliar e fonte de inspiração em programas locais de combate à fome e a miséria, e como alternativa de planejamento sustentável baseado na utilização racional dos espaços disponíveis em ambiente urbano.

A pesquisa e o seu processo de investigação serviram para que o candidato ao diploma de Bacharel em Desenvolvimento Rural pudesse experimentar as dificuldades, dúvidas e ansiedades daqueles se propõem a estudar a produção de alimentos no Brasil. Além disso, o trabalho de campo proporcionou a oportunidade de conhecer pessoas cuja realidade expressa uma das facetas da sociedade brasileira. São pessoas comuns, simples, com suas experiências e histórias, aposentadas ou não, acima dos cinquenta anos, solidárias ao próximo, tendo as mesmas dificuldades para a sua manutenção e existência, traços marcantes em milhões de trabalhadores no rural e no urbano.

## REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Jaqueline. **Cartilha Associativismo. Incubadora Social**. Santa Maria – RS. 2015. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/estudosculturais/arquivos/incubacao-cartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf> - Acesso em: 02 Mar 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2ª. ed., 1ª. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CACHOEIRINHA. **Lei Complementar nº 11/2007, de 18 de dezembro de 2007. Institui o Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano do Município de Cachoeirinha**. Disponível em: <https://rs-cachoeirinha-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressao-sem-manifesto/4370> - Acesso em: 10 mai de 2022.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

COTRIM, Décio Souza. Organização social e associativismo rural In: MOCELIN, Daniel G; GEHLEN, Ivaldo (orgs). **Organização social e movimentos sociais rurais**. 2ª ed. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

CURAN, Roberta Moraes; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Revista Estudos Avançados**. Ano 2021, v. 35, nº. 101. pp. 209-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013>. Acesso em: 27 jul de 2022.

DENCKER, Ada F. M.; DA VIÁ, Sarah C.; **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.

DIÁRIO DE CACHOEIRINHA. **Cachoeirinha tem feiras livres semanais em diferentes pontos da cidade**. 2015. Disponível em: <https://www.diariocachoeirinha.com.br/2015/06/noticias/regiao/169646-cachoeirinha-tem-feiras-livres-semanais-em-diferentes-pontos-da-cidade.html> Acesso em: 02 out 2021.

FERRARETO, Luciane Cristina; PINHEIRO, Maristela Calvário. **Política Nacional de Agricultura Urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar**. Programa de Agricultura Urbana / SESAN / MDS. Brasília, 2011. Disponível em: <https://agriculturaurbana.org.br/textos/artigo-fome-zero-Maristela-Luciane.pdf> - Acesso em: 25 abr 2022.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (orgs). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel. A construção da pesquisa. In: SILVEIRA, Denise T.; GERHARDT Tatiana E. (orgs). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento

e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeirinha/panorama/> - Acesso em: 09 mai 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@ - Panorama Cachoeirinha/RS**. (2022). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeirinha/panorama/> - Acesso em: 09 mai 2022.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº. 53. Ano 2003. p. 131-142. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000300008> - Acesso em: 25 abr 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw (1884-1942). **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos. 2004, Bauru. **A pesquisa qualitativa em debate**. Anais. Bauru: USC, 2004. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf) - Acesso em: 16 mai 2022.

MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. **Baixar Mapas**, 2022. Disponível em: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/>. Acesso em: 22 de jun 2022.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Sobre raízes e redes: territorialidades negras no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Covac Nalfy, 2003.

MINAYO, Maria C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. S. (org); DESLANDES, Suely F.; NETO, Otávio C.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana: Conceito e Definição. **Revista de Agricultura Urbana**. Edição Inaugural, nº 1, junho de 2000. Disponível em: [https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01\\_total.pdf](https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf). Acesso em: 25 abr 2022. (p. 8-14)

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 51-66.

NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ONU/BRASIL. Organização das Nações Unidas - Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018a. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> - Acesso em: 03 mai 2022.

ONU/BRASIL. Organização das Nações Unidas - Brasil. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: orientações para organizações políticas e cidadania**. 2018b. Disponível em: [https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-10/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Articulando%20os%20ODS\\_REQ\\_ID\\_6998.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-10/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Articulando%20os%20ODS_REQ_ID_6998.pdf) - Acesso em: 03 mai 2022.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 43-94.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Prefácio. In: SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 464 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985).

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 5.090, de 09 de novembro de 1965**. Cria o Município de Cachoeirinha. Porto Alegre. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul [1965]. Publicada, no DOE nº 098, de 11 de novembro de 1965. Disponível em: [https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=42703&hTexto=&Hid\\_IDNorma=42703](https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=42703&hTexto=&Hid_IDNorma=42703) – Acesso em: 13 mai 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Listagem dos Distritos e Áreas Industriais**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://desenvolvimento.rs.gov.br/di-list>. Acesso em: 11 mai 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA). **Nota Técnica nº 002/2020/DIPLA/DRHS: Inserção de municípios e bacias hidrográficas no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 07 de agosto de 2020. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/g010-bh-gravatai> - Acesso em: 14 mai de 2022.

ROCHA-TRINDADE, Maria. Beatriz. Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência. **Análise Social**, Lisboa: vol. XXII nº 91, p. 313-330b, 1986. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223485537G8mJE2sw9Hw70JY8.pdf> - Acesso em: 22 abr 2022.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileira.** Documento referencial geral. REDE, IPES/RUAF. Belo Horizonte. 2007. Disponível em: [https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf) - Acesso em: 24 abr 2022.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL – SEBRAE/RS. **Perfil das Cidades Gaúchas – 2020.** Disponível em: [https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil\\_Cidades\\_Gauchas-Cachoeirinha.pdf](https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Cachoeirinha.pdf) - Acesso em: 13 mai de 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Projeto SEMEAR** Ano 2019. Disponível em: <https://sebraers.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Cachoeirinha-Inovacao-e-Sustentabilidade-Projeto-SEMEAR.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Regulamento da XI Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor.** 2021. Disponível em <https://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br/regulamento/> - Acesso em: 10 mai 2022.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A Pesquisa Científica. In: SILVEIRA, Denise T.; GERHARDT Tatiana E. (orgs). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Denise T.; GERHARDT Tatiana E. (orgs). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TUBALDINI, Maria A. S; FONSECA, Juliana M; GIANASI, Lussandra. O associativismo como estratégia de reprodução dos agricultores familiares agroecológicos de Cacoal – Rondônia. **XXI – Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro.** Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia/MG, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1272\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1272_1.pdf) - Acesso em: 20 abr 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Após a identificação do entrevistado (nome, endereço, idade, sexo, profissão, estado civil, etc.) serão inquiridas as questões a seguir:

1. Há quanto tempo você participa do Projeto SEMEAR?
2. Quais as razões que lhe motivaram a participar desse projeto?
3. O lote onde você planta fica perto de sua casa?
4. Quais as variedades de cultivos que você utiliza em seu lote?
5. Quais as técnicas de plantio que você utiliza em seu lote?
6. Qual a origem das sementes e mudas?
7. Quais os insumos que você utiliza em seus cultivos?
8. De que forma é utilizada a água para a irrigação da plantação?
9. Qual o destino dos resíduos produzidos no lote?
10. Sua produção é exclusiva para o consumo da família?
11. O que você faz com o excedente da produção? Comercializa? Distribui entre os demais produtores associados? Faz doação?
12. Você é sócio da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear? Desde quando?
13. Você participa de algum cargo na associação? Qual?
14. Caso não ocupe cargo diretivo, você mantém alguma aproximação com a diretoria?
15. O que você conhece da história da associação? Por quais razões ela foi criada?
16. O que a associação oferece de benefícios aos seus associados?
17. Você acompanha as ações e campanhas promovidas pela associação? Quais?
18. Você participa ou já participou dos encontros, cursos, reuniões, assembleias, palestras promovidos pela associação? Quais?
19. Qual a sua opinião sobre essas ações promovidas pela associação?
20. Em que grau você considera a sua participação nas decisões tomadas pela associação? Nenhum, baixo, médio ou alto? Por quê?
21. Como era a realidade antes da associação?
22. Em seu entender, a associação trouxe benefícios ou prejuízos para os produtores associados? Quais e de que forma?
23. A associação fornece algum insumo ou maquinário para a sua atividade? Quais

24. Aponte as necessidades que associação ainda não atende?
25. Como você imaginaria uma associação para os produtores do Projeto Semear?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E  
ESCLARECIDO**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**RG/CPF:** \_\_\_\_\_

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “O Associativismo na Agricultura Urbana: o caso da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso** “O Associativismo na Agricultura Urbana: o caso da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Cachoeirinha Parceiros do Projeto Semear” – **do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo conhecer o associativismo praticado pelos agricultores urbanos do Projeto Semear.

A minha participação consiste na recepção do aluno “**Ricardo Machado de Brito**” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, (  ) **AUTORIZO** / (  ) **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

Cachoeirinha , \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.